



**Iryna Dyachenko**

# O processo de consolidação democrática na Ucrânia: O papel da União Europeia

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos Europeus, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Coimbra, 2016





FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Iryna Dyachenko

## O processo de consolidação democrática na Ucrânia: O papel da União Europeia

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos Europeus, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Setembro, 2016

Orientadora: Prof. Doutora Maria Raquel Freire

Imagem de Capa disponível em

<http://www.euintheus.org/press-media/factsheet-on-eu-ukraine-relations/>

Coimbra, 2016



## **Dedicatória**

*Ao meu avô Borys, que estará para sempre no meu coração.*



## **Agradecimentos**

Quero, desde já, agradecer a todos aqueles que me deram forças e apoio na elaboração desta dissertação. Em especial:

- À minha orientadora, Professora Doutora Maria Raquel Freire, pela disponibilidade, sugestões, apoio, conselhos e conversas que tanto ajudaram na elaboração deste trabalho;

- Aos meus Pais, que sempre acreditaram em mim e me deram força, apoio e conselhos;

- Ao João, que teve muita paciência, especialmente no fim da elaboração desta dissertação;

- À Isabel, por toda a ajuda;

- Aos meus colegas e professores com os quais tanto discuti o tema do meu trabalho nas aulas.

O meu muito *obrigada* a todos.



## Resumo

O percurso de consolidação democrática na Ucrânia, desde a sua independência em 1991 até 2014 tem sido fortemente marcado por avanços e retrocessos. Durante os anos da sua independência, a Ucrânia balança entre a U.E. e a Rússia, conjugando assim os seus interesses na sua política externa. De forma geral, aproximando-se da U.E., através das relações mais estreitas baseadas em acordos e participando na PEV e na PO, a Ucrânia obteve avanços positivos no processo de consolidação democrática. No entanto, com a presidência de pró-russos, a democracia na Ucrânia, de um modo geral, deteriorava-se. O presente estudo analisa a influência de fatores externos, neste caso da U.E., nomeadamente a PEV e a PO, e de atores internos, particularmente de líderes políticos, no processo de consolidação democrática na Ucrânia. O objetivo é analisar o poder normativo da U.E. em conjunto com as forças internas da Ucrânia. O trabalho pretende analisar qual o contributo da U.E., nomeadamente da PEV e da PO, no processo de consolidação democrática na Ucrânia. A Ucrânia mostrou-se ser um país cuja consolidação democrática tem sofrido de vários avanços e recuos, o que não é apenas influenciado pela U.E., mas também pelo seu líder político, embora não signifique que um presidente pró-russo “vire costas” à U.E. e vice-versa, mas que o estado de democracia depende, de certa forma, das inclinações políticas deste. Através das teorias de democratização o trabalho analisa o percurso democrático da Ucrânia desde a sua independência em 1991, passando pela Revolução Laranja em 2004, a Revolução da Dignidade, a *Euromaidan*, que começou em 2013 e a anexação da Crimeia, com o objetivo de demonstrar que este não tem sido de todo um processo linear e que o nível de democracia no país está ligado com o seu líder político.

**Palavras-Chave:** Ucrânia; União Europeia, Política Europeia de Vizinhança; Parceria Oriental; Democracia.





## **Abstract**

The path of democratic consolidation in the Ukraine, since its independency in 1991 until 2014, has been strongly marked by advances and setbacks. During the years of independence, the Ukraine balances between Russia and the European Union (EU), combining its interests in their foreign policy. Overall, approaching the EU, through closer relations based on agreements and by participating in the European Neighborhood Policy (ENP) and Eastern Partnership (EaP), the Ukraine achieved positive developments in the process of democratic consolidation. However, with the pro-Russian presidency, democracy in the Ukraine was left deteriorated. This study examines the influence of external factors, in this case the EU, more specifically the ENP and EaP, as well as internal actors, particularly political leaders, in the democratic consolidation in the Ukraine. The goal of this dissertation is to analyze the normative power of the EU in conjunction with the internal forces of Ukraine. This study aims to examine the contribution of the EU, including the ENP and EaP, in the democratic consolidation process in the Ukraine. The Ukraine has shown to be a country whose democratic consolidation has suffered several advances and setbacks, which is not only influenced by the EU, but also by its political leader. This does not mean that a pro-Russian president will “turn his back” to the EU and vice-versa, but that the democratic state depends, in a way, on the political leanings of said president. Through democratization theories, this dissertation looks to examine the democratic course of the Ukraine, since its independence in 1991. From the Orange Revolution, in 2004, to the Revolution of Dignity, the Euromaidan, which began in 2013, and the annexation of Crimea, the main goal is to show that the process was not a linear one and that the level of democracy in the country is tied to its political leaders.

**Key-words:** Ukraine; European Union; European Neighborhood Policy; Eastern Partnership; Democracy.



## **Lista de acrónimos**

AA – Acordo de Associação

APC – Acordo de Parceria e Cooperação

CEI – Comunidade de Estados Independentes

EUA – Estados Unidos da América

IISK – Instituto Internacional de Sociologia de Kiev

MNE – Ministério de Negócios Estrangeiros

OMC – Organização Mundial de Comércio

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PA – Plano de Ação

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PE – Política Externa

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PIB – Produto Interno Bruto

PO – Parceria Oriental

U.E. – União Europeia

UEE – União Económica da Eurásia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



## Índice

1.1. O conceito de “democracia” .....	7
1.2. As teorias da transição democrática .....	10
1.3. As teorias funcionalistas da transição democrática .....	13
1.3.1. A abordagem da modernização .....	13
1.3.2. A Abordagem de Cultura Política .....	16
1.3.3. As Abordagens Estruturalistas.....	17
1.3.4. As Abordagens de Escolha Estratégica: Enfoque nas Elites .....	18
1.4. Rustow e a negação de pré-requisitos necessários para a existência da democracia .....	19
1.5. Notas conclusivas .....	21
2. Da Política Europeia de Vizinhança à Parceria Oriental: aprofundamento da Política Externa da União Europeia para o Leste Europeu.....	25
2.1. As relações entre a União Europeia e a Ucrânia antes da Política Europeia de Vizinhança e da Parceria Oriental .....	26
2.2. Política Europeia de Vizinhança.....	27
2.2.1. A origem da Política Europeia de Vizinhança .....	27
2.2.2. A PEV e a democracia.....	30
2.3. Parceria Oriental: maior aprofundamento da Política Europeia de Vizinhança.....	34
2.3. Notas conclusivas .....	38
3. O extenso processo de democratização na Ucrânia: o papel da U.E. ....	41
3.1. O fim da URSS e a independência da Ucrânia: do autoritarismo para a democratização .....	41
3.2. A Revolução Laranja: a Ucrânia entre a União Europeia e a Rússia .....	49
3.3. Da Revolução <i>Euromaidan</i> à anexação da Crimeia .....	53

3.4. A anexação da Crimeia.....	58
4. Análise das eleições e direitos das minorias na Ucrânia .....	63
4. 1. Direitos das minorias nacionais.....	63
4.2. As eleições.....	66
Conclusão .....	69
Referências bibliográficas .....	73
Anexos.....	89
Anexo I.....	91
Anexo II.....	93
Anexo III .....	95
Anexo IV .....	97
Anexo V.....	99
Anexo VI .....	101
Anexo VII.....	103

## Introdução

O objetivo desta dissertação é entender como os fatores externos, neste caso a União Europeia (U.E.), e os fatores internos, nomeadamente as elites políticas, influenciam o processo de consolidação democrática na Ucrânia. Apesar de o conceito de democracia ser muito vago, complexo e um processo inacabado, optou-se por analisar duas das suas características, que estão igualmente mencionadas nos acordos assinados entre a Ucrânia e a U.E.: o das eleições livres, justas e competitivas, bem como o respeito e a proteção das minorias nacionais que vivem na Ucrânia.

Apesar de se viver numa era de globalização, a geografia continua a ser um fator importante, pelo que é do interesse da U.E. que os países com os quais faz fronteira sejam bem governados (U.E., 2013: 7). A Ucrânia está inserida nos dois projetos de política externa da U.E.: tanto na Política Europeia de Vizinhança (PEV)<sup>1</sup>, desde o ano de 2004, como na Parceria Oriental (PO)<sup>2</sup>, a partir de 2009. O objetivo da PEV, desenvolvida em 2004, é - o de “ (...) partilhar os benefícios da U.E. com os países vizinhos, contribuindo assim para o reforço da estabilidade, da segurança e do bem-estar” (Comissão Europeia, 2014), incluindo os países da Europa de Leste, do Médio Oriente, bem como os do Norte de África. Por sua vez, a Parceria Oriental (PO), lançada em 2009, é uma vertente da PEV direcionada somente para os países do leste europeu, isto é, faz parte de “ (...) uma dimensão oriental específica da PEV”, com o objetivo de “ (...) reforçar a associação política e a integração económica com a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldova e a Ucrânia” (Conselho Europeu, 2015).

Os últimos acontecimentos na Ucrânia em 2013 e 2014, nomeadamente a Revolução *Euromaidan*, a anexação da Crimeia e o conflito no leste da Ucrânia, desafiaram e puseram em causa o longo processo de democratização na Ucrânia, que havia começado com a sua independência em 1991. Estes dois casos demonstraram não só que a Ucrânia tem muitas divergências internas – incluindo conflitos de identidade, como

---

<sup>1</sup> Os países da PEV incluem a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldova, a Ucrânia, a Argélia, o Egito, o Israel, a Jordânia, o Líbano, os Marrocos, a Palestina, a Síria e a Tunísia.

<sup>2</sup> Os países da PO são a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldova e a Ucrânia.



também o poder que a Rússia continua a ter sobre o país. Constituíram ainda, um desafio à PEV e à PO, visto que a U.E. não se mostrou capaz de manter a sua zona de vizinhança estável e segura.

Assim, o propósito desta dissertação é analisar o que influencia o processo de consolidação democrática na Ucrânia, olhando em particular para os fatores externos e internos ao mesmo tempo. Como fator externo o trabalho centra-se na U.E. para analisar qual a importância da PEV e da PO neste processo.

Para isso, testar-se-ão as seguintes hipóteses de trabalho. A primeira prende-se com o facto de se a Ucrânia segue os critérios de Copenhaga da U.E. na sua política interna, nomeadamente na realização de eleições livres e justas e no respeito e proteção das minorias nacionais, então a U.E. tem influência no processo de democratização na Ucrânia. A segunda hipótese tem como objetivo perceber se a Ucrânia participa na PEV e na PO, então a Ucrânia tem objetivo de consolidar a sua democracia baseando-se nos critérios da U.E.. Este trabalho argumenta que a U.E. é um ator importante no processo de consolidação da democracia na Ucrânia, embora as políticas internas sejam determinantes. Ou seja, o papel do líder nesta questão tem sido relevante, ainda que seja redutor afirmar que um líder pró-russo é imediatamente anti-democrático ou vice-versa.

A análise será realizada à luz das teorias da transição democrática. É importante o trabalho de Dankwart Rustow, que rejeitou a ideia da necessidade de pré-requisitos para a implementação da democracia num país, uma vez que considera ser um processo propenso a avanços e retrocessos (Rustow, 1970), na medida em que no caso da Ucrânia, este processo não tem sido de todo linear, pois desde o seu início sofreu de vários progressos e recuos, como será demonstrado em diante.

As teorias clássicas das relações internacionais apresentam-se muito redutoras e centradas no papel do Estado, e desprezam outros atores na cena internacional, essenciais para a implementação e sustentação de um regime democrático, pelo que a utilização das mesmas neste trabalho não seria suficientemente enriquecedor. A teoria da transição democrática de Rustow presume *a priori* que a estabilização da democracia passa sempre por progressos e recuos, como será comprovado no caso da Ucrânia, desde a sua independência em 1991 até aos dias de hoje. No entanto, veremos que a, a que Rustow dá imensa importância na transição democrática, no caso da Ucrânia tem algumas

particularidades, o que torna este processo ainda mais complexo, tendo em conta ainda a influência da U.E. através da PEV e da PO.

Relativamente à metodologia, é de mencionar que serão analisados três tempos cronológicos: a independência da Ucrânia em 1991, a Revolução Laranja em 2004, bem como o *Euromaidan*, que se iniciou em 2013 e a anexação da Crimeia em 2014. Com este quadro referencial de base, serão analisados de forma mais detalhada as eleições presidenciais que ocorreram na Ucrânia desde o ano de 1991, bem como o respeito e a proteção das minorias nacionais no país, uma vez que ambos são parte estruturante do pilar político das relações U.E.-Ucrânia, e nos permitirão melhor responder às questões que guiam esta investigação.

Para tal, recorreremos a fontes primárias, como os documentos oficiais da U.E. e da Ucrânia; acordos assinados entre ambas as partes; discursos oficiais tanto por parte da U.E. como do governo da Ucrânia; os relatórios das organizações internacionais não-governamentais tais como a *Human Rights Watch*, a *Freedom House* e à organização internacional - a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), desde 1991 até aos dias de hoje. Trataremos também fontes secundárias, em particular trabalhos de autores que trabalharam as teorias da transição democrática, bem como de análise das relações políticas entre a U.E. e a Ucrânia.

A escolha dos critérios de análise mencionados para estudar a transição democrática na Ucrânia deve-se ao facto de estes fazerem parte dos Critérios de Copenhaga de 1993 e por serem mencionados não só como critérios de adesão à U.E. mas também para outros acordos celebrados entre a U.E. e a Ucrânia, nomeadamente na PEV e na PO.

O estudo de caso revela-se importante para a investigação no âmbito da política externa da U.E. relativamente aos países da sua vizinhança, com particular destaque para a vizinhança a leste, para os quais desenvolveu políticas específicas em face à impossibilidade de alargamento continuado. A Ucrânia é um país importante para a política externa (PE) da U.E., essencialmente devido às questões geoestratégicas, por fazer fronteira direta com a Rússia, por ser um país que faz fronteira direta com alguns dos

países da U.E.- o que influencia diretamente a segurança daquela região - e por o abastecimento de gás de grandes países europeus depender da Ucrânia. Ao longo do trabalho analisaremos como a U.E. influencia as políticas domésticas na Ucrânia, sendo que a metodologia de trabalho e quadro conceitual definidos para este trabalho poderão ser aplicados a outros países que fazem parte do espaço de vizinhança da União, independentemente da diversidade que os mesmos representam. Testar-se-á assim o poder transformador da U.E. relativo aos países que não fazem parte da organização, com a Ucrânia a constituir o cerne desta análise, e como a conjuntura interna destes países afeta as suas relações com a U.E..

Diferentes autores abordam as relações políticas entre a U.E. e a Ucrânia, salientando a dimensão política da consolidação de relações. Por exemplo, Taras Fedirko (2013) argumenta que os principais fatores que impedem a implementação de reformas pró-democráticas na Ucrânia são políticos e institucionais, incapazes de realizar reformas selecionadas. Tom Casier (2012), no segundo capítulo do livro *The foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World* analisa a PEV como ferramenta de política externa regional da U.E., analisando primeiramente a génese do projeto, passando pelos seus objetivos, sucessos e fracassos. Este estudo ajuda a perceber melhor esta forma de política externa da U.E., como uma alternativa à adesão à organização. Iryna Solonenko (2011) avalia o papel da PO para a Ucrânia: por um lado, não promete a adesão da Ucrânia à U.E. como, no entanto, transforma o próprio discurso da U.E., na medida em que substitui a palavra “vizinhança” incluída na PEV para a “parceira” na PO, que para Korosteleva (2011b) continua a ser mal definida, existindo por isso um fosso enorme entre o discurso da U.E. e a perceção do mesmo pelos países da Europa de Leste.

Foram igualmente úteis outros autores, nomeadamente Marcin Lapczynski (2009) que afirma que a U.E. deve assegurar uma oferta atraente aos países da PO para lhes proporcionar assistência no âmbito das reformas, bem como salientar o facto de a parceria não ser uma ameaça à Rússia, pelo que ressalta a importância de boas relações entre estes países e a sua vizinha Rússia.

Num quadro mais específico de análise de momentos chave do processo de democratização, Taras Kuzio (2005a; 2005b), Paul Kubicek (2009) analisaram a Ucrânia sob a presidência de Kuchma, enquanto Thomas O'Brien (2010) destacou a presidência de

Viktor Yushchenko depois da Revolução Laranja, argumentando que a incapacidade de avançar para um sistema político democrático consolidado na Ucrânia, após a revolução colorida, foi devido à falha do líder de transição. Por sua vez, Mara Raquel Freire (2006) afirma a transição de 1991 na Ucrânia ter sido uma transição nacionalista, enquanto a Revolução Laranja foi um elemento democrático que demonstra que a Ucrânia é um país em vias de consolidação democrática. De acordo com Licínia Simão, a Revolução Laranja na Ucrânia e a expansão contínua da U.E. para o espaço pós-soviético, foram vistos pela Rússia como uma competição geopolítica de influência (2011: 88), na medida em que via a Ucrânia a optar por um caminho pró-ocidental. Por sua vez, Elena Kropatcheva (2014) aborda essencialmente as relações entre a U.E. e a Ucrânia durante a presidência de Victor Yanukovich, a fim de analisar o motivo pelo qual o ex-presidente ucraniano recursou assinar o AA com a U.E.. A autora argumenta que as decisões tomadas pela Ucrânia muito têm a ver com as pressões externas que esta enfrenta – seja por parte da U.E., como por parte da Rússia, bem como são resultado da própria conjuntura política doméstica. Andrzej Szeptycki (2014) analisou as relações entre a U.E. e a Ucrânia durante e após a *Euromaidan*. Este afirma que a referida Revolução tornou-se uma grande crise de vizinhança para a U.E. e demonstrou que a organização dispõe de *soft power*<sup>3</sup>, de atratividade limitada nas suas ofertas político-económicas, de elevada demora nas tomadas de decisões e de incapacidade de se opor eficazmente à expansão russa naquela região. Richard Sakwa (2015) e Serhy Yekerlchuk (2015) ajudaram, por sua vez, a contextualizar a atual crise na Ucrânia e a expor as razões que levaram à Revolução *Euromaidan*, à posterior anexação da Crimeia e ao conflito no leste da Ucrânia.

Ou seja, e de forma breve, os estudos nesta área procuram perceber diferentes dimensões políticas nas relações U.E.-Ucrânia e onde podemos situar os elementos que promovem transformação e outros mais limitadores.

É de salientar, neste contexto, que o objetivo deste trabalho é analisar o papel da U.E. como um ator transformador, capaz de influenciar a política doméstica de outros Estados enquadrados na PEV e na PO, bem como analisar até que ponto a conjuntura interna é relevante nestas relações bilaterais. Ou seja, a partir da análise da Ucrânia, como

---

<sup>3</sup> “Soft Power” é a capacidade de um país de atingir os seus objetivos sem por isso recorrer à força, utilizando para tal essencialmente recursos intangíveis, como a cultura, a ideologia e as instituições (Sousa e Mendes, 2014: 187).

um estudo de caso, pretende-se verificar como a U.E. exerce o seu poder normativo sobre os outros e como os outros o aceitam ou não. Desta forma, deseja-se entender o papel atual da PO, essencialmente depois dos acontecimentos recentes na Ucrânia, como a anexação da Crimeia pela Rússia.

Deste jeito, a relevância da dissertação prende-se com a sua atualidade, ou seja, a realização da mesma após os acontecimentos recentes na Ucrânia, que abalaram as relações entre a Ucrânia, a U.E. e a Rússia, e que puseram em causa o papel da PO. Logo, uma análise mais minuciosa das relações políticas entre a U.E. e a Ucrânia, nomeadamente no âmbito da democratização da Ucrânia desde a sua independência é um trabalho importante para entender a evolução da PEV e da PO, bem como o modo de como estas influenciam o processo de democratização na Ucrânia e dos seus países vizinhos e como estes se deixam influenciar ou não. Neste contexto particular em que se dá a anexação da Crimeia, a questão da validade da PEV e da PO assumem relevância adicional. O trabalho procura contribuir para a bibliografia de referência no que concerne este debate.

Relativamente à estrutura do trabalho, no capítulo seguinte será apresentando o enquadramento teórico, neste caso acerca das teorias de transição democrática. O terceiro capítulo servirá como uma contextualização das relações entre a U.E. e a Ucrânia, analisando a PEV e a PO, bem como o papel da Ucrânia nelas. Por fim, o quarto capítulo será dedicado à análise do processo de democratização na Ucrânia, tendo em conta três momentos históricos importantes para esta questão: o fim da URSS e a independência da Ucrânia, a Revolução Laranja e anexação da Crimeia com o objetivo de entender como foram as relações políticas entre a U.E. e a Ucrânia durante estes anos, e de que modo estas condicionaram (ou não) o processo de transição democrática no país.

## **1. Enquadramento teórico-conceitual**

Ao longo deste capítulo serão analisadas as principais teorias da transição democrática, divididas em várias abordagens. Desde início, para uma melhor compreensão, são expostas as definições dos conceitos mais importantes neste âmbito, tais como os de “democracia”, “democracia liberal”, “transição” e “autoritarismo”. Depois disto, dá-se destaque às teorias funcionalistas da transição democrática, que pressupõem a existência de pré-requisitos necessários para a instauração e consolidação do regime democrático, incluindo a abordagem de modernização, de cultura política, estruturalistas e de escolha estratégica, onde se destacam as elites; passando depois pela teoria de transição democrática de Dankwart Rustow (1970), que nega a existência de pré-requisitos determinados, além de que expõe as várias fases da transição democrática e o seu potencial de reversibilidade. O capítulo termina com a análise da importância do contexto internacional nos processos de transição democrática, uma vez que estes processos não são apenas explicados por fatores internos.

### **1.1. O conceito de “democracia”**

Antes de começar a expor e a explicar as teorias da transição democrática, é importante definir o conceito de democracia para entender do que se tratará ao longo de toda a dissertação. Deste jeito, é de mencionar que este é um conceito de difícil definição na medida em que se trata de uma ideia que se assume simultaneamente como abrangente e vaga nas suas características.

Não existe apenas uma forma de democracia, na medida em que existem várias maneiras de a pôr na prática com o objetivo de produzir efeitos semelhantes. É importante, contudo, mencionar, que os regimes democráticos, tais como os não-democráticos, são geridos por governantes, pessoas que ocupam cargos de autoridade e podem dar comandos legítimos para os outros. Todavia, o que distingue os governos democráticos dos governos

não-democráticos é a forma como eles chegaram ao poder, pois no caso das democracias, são eleitos por sufrágio universal (Schmitter e Karl, 1991: 103).

Apesar do conceito de democracia ser de difícil definição, há que ter em conta algumas das características básicas deste regime amplamente aceites, como por exemplo o sufrágio universal, princípios de representatividade e participação, igualdade perante a lei, respeito pelos Direitos Humanos, entre outros. Em geral, Przeworski *et al.* definem a democracia como

(...) Um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência de eleições competitivas. Um regime é democrático somente se a oposição estiver autorizada a competir, vencer e tomar posse dos cargos (1996: 131)

No entanto, é, certamente, necessário ter um entendimento mais aprofundado do que representa democracia a fim de entender o seu processamento e objetivo.

É importante mencionar que ao longo do trabalho tratar-se-á da democracia liberal, dominante na União Europeia, pelo que é imprescindível expor aqui a definição deste conceito. Assim, a democracia liberal é:

Sistema de democracia com base no parlamentarismo, aliado ao sistema de mercado livre na área de produção económica. A democracia liberal é uma forma de governo democrática que equilibra o princípio de governo limitado com a ideia de consentimento popular. As suas características liberais refletem-se num conjunto de mecanismos de verificação internos e externos ao governo (*checks and balances*), com vista a garantir a liberdade e a oferecer aos cidadãos proteção contra o Estado. (...) Fruto de longa evolução histórica, a democracia liberal ocidental fundamenta-se na separação dos poderes, no governo representativo, no sufrágio universal, no pluralismo partidário e na liberdade de expressão. (Sousa e Mendes, 2014: 71-72)

Ou seja, a democracia liberal constitui-se como uma boa base de proteção dos Direitos Humanos (Diamon, 1999: 4). De facto, o conceito em questão é muito vago e discutível, pelo que o debate acerca do número de Estados democráticos no mundo gera

ainda muita falta de consenso entre os vários autores. Definitivamente todos os Estados se regem por um regime ou sistema de governação, que se traduz num conjunto de padrões que determinam os métodos de acesso aos principais cargos públicos daquele Estado, pelo que regimes democráticos são apenas uma das formas de governar, que é distinguida de outras por possuir normas que condicionam a forma como se chega ao poder e as práticas que as responsabilizam pelas suas ações (Schmitter e Karl, 1991: 103-104).

Segundo Phillipe Schmitter e Terry Karl (1991), a democracia política moderna é

(...) a system of governance in which rules are held accountable for their actions in the public realm by citizens, acting indirectly through the competition and cooperation of their elected representatives (1991: 103).

Segundo a Declaração Universal sobre a Democracia de 1997, elaborada e adotada pelo Conselho Inter-Parlamentar da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a democracia é um processo em constante mudança, que depende de uma variedade de fatores, essencialmente políticos, económicos, sociais e culturais. Segundo a UNESCO, a democracia é o melhor regime para atingir e preservar a dignidade e Direitos Humanos, para alcançar a justiça social, fomentar o desenvolvimento económico e social, estimular a coesão social, bem como para criar um clima favorável para a paz internacional (UNESCO, 1997: 2). Neste trabalho, seguimos como entendimento de democracia a definição de O'Donnell e Schmitter:

“Democracy’s guiding principle is that of *citizenship*. This involves the *right* to be treated by fellow human beings as equal with respect to the making of collective choices and the *obligation* of those implementing such choices to be equally accountable and accessible to all members of the polity.” (1986: 7).

Depois desta breve exibição e definição dos conceitos, segue um capítulo dedicado às teorias da transição para a democracia, com o objetivo de expor e mencionar várias teses de transição democrática.



## 1.2. As teorias da transição democrática

Não é de estranhar que as teorias de transição democrática tenham surgido após a Segunda Guerra Mundial, altura em que a história fica marcada por vários exemplos de transição de regimes autoritários para regimes mais abertos e democráticos. Um dos momentos mais marcantes da história após a Segunda Guerra Mundial é: a queda da União Soviética e a conseqüente emergência de novos Estados na Europa de Leste e Central, que pretendiam um modelo alternativo ao comunismo. Um destes países foi a Ucrânia, que logo após a independência, em 1991, realizou as suas primeiras eleições presidenciais e referendo, dando o primeiro passo na transição para um regime democrático. Todavia, este processo de transição de um regime autoritário não é influenciado apenas pelos fatores domésticos do país, incluindo a cultura e valores da própria sociedade, mas também pela sua conjuntura geográfica e estratégica, e pelas pressões externas a que está sujeito. Assim, as diferentes “vagas de democratização”, essencialmente mencionadas por Samuel Huntington (1991), revelam a influência e a relevância de fatores internacionais nos processos de transição para a democracia (Pridham, 1997: 7). Como já foi mencionado, a conjuntura internacional em que a Ucrânia se tornou independente ajudou-a a seguir o rumo da democracia: o colapso da União Soviética veio demonstrar que outro estilo de vida (mais livre e justo), da União Europeia e dos Estados Unidos da América é mais atraente em relação ao comunismo soviético, que pouco tinha de liberdade e de justiça.

Igualmente importante é a definição do conceito de “transição”, central à elaboração deste trabalho. Segundo O’Donnell e Schmitter

(...) The ‘transition’ is the interval between one political regime and other. (...) Transitions are delimited, on the one side, by the launching of the process of dissolution of an authoritarian regime and, on the other, by the installation of some form of democracy, the return to some form of authoritarian rule, or the emergence of a revolutionary alternative (1986: 6).

Por “transição democrática” entende-se, deste modo, o processo de mudança de regime, ou seja, quando o sistema autoritário anterior se desmantela exigindo que as regras

democráticas tenham de ser negociadas e aceites, as instituições reestruturadas e as competências políticas conduzidas ao longo das linhas democráticas; as elites políticas começam o trabalho com uma nova Constituição ajustando a sua conduta de acordo com as normas democráticas (Pridham, 1997: 2). Para um melhor entendimento da transição de um regime autoritário para a democracia, é também importante definir o conceito de autoritarismo, que se entende por

Regime político em que o poder se concentra numa pessoa ou num grupo, sem que se verifique qualquer tipo de controlo ou fiscalização política por parte de quem é governado. [Manifesta-se] a ausência de liberdade e competição políticas, o Estado não pretende ter o monopólio da intervenção na sociedade civil, mantendo a atividade privada, nomeadamente no plano económico. Pode existir religião oficial, mas isso não significa imposição de prática religiosa, nem a confusão entre as direções do Estado e da Igreja. Este tipo de regimes pode ainda ser caracterizado pelo culto do chefe, concentrando-se na maior parte dos casos na figura do líder toda a ação política e de carácter público (Sousa e Mendes, 2014: 26-27).

Além disso, o processo de transição é longo e requer esforço por parte dos políticos e da própria sociedade civil, para o consolidar e manter. É necessário haver determinação de ambas as partes, de transformar um regime para a democracia, pois os dois lados são fundamentais neste processo. De acordo com Jurgen Habermas, o cidadão de um Estado democrático liberal goza da proteção do Estado, de direitos políticos, como direito de votar e liberdade de expressão, e de direitos civis, e defende os seus interesses através do voto (1994: 2).

Assim, a democracia é entendida de uma forma ampla, incluindo não só a dimensão tradicional das políticas participativas que a tornam restrita e minimalista (Freire, 2006: 50). A transição para as democracias liberais, na Europa Oriental, que começou no final dos anos 1980, é um processo considerado incerto e sem garantias totais de sucesso, seguindo este entendimento lato do conceito de democracia (Pridham, 1994: 15), pelo que o trabalho que irá ser aqui desenvolvido promete ser interessante a este nível. O compromisso de atores políticos, mas também o envolvimento da sociedade civil revelam-

se fundamentais no processo de transição para a democracia, pois sem esta a democracia não tem qualquer fundamento nem razão de ser.

Mas por que razão os Estados totalitários se transformam em Estados democráticos? Segundo Jacek Kugler e Yi Feng (1999: 139), há duas razões para tal: a primeira, a nível macro, tem a ver com a tese de modernização que analisa as estruturas sociais e económicas que geram os incentivos da sociedade, destacando os casos de Taiwan e da Coreia do Sul e a segunda, a nível mais micro, que analisa as preferências e as interações entre os agentes políticos, como vamos ver mais em diante.

Ao longo deste capítulo será dado destaque a estas teorias de transição democrática, começando com a abordagem de modernização.

### **1.3. As teorias funcionalistas da transição democrática**

#### **1.3.1. A abordagem da modernização**

Os primeiros estudos remontam aos anos logo após a Segunda Guerra Mundial. Uma vez que se trata de um período de Guerra Fria, é verdadeiramente importante não esquecer a influência de dois grandes blocos (Ocidental e Comunista) na consolidação dos regimes, no caso do bloco Ocidental – regime capitalista, e no caso do bloco Oriental – regime comunista.

Nos anos 1950, surgiu, nos EUA, a Abordagem de Modernização<sup>4</sup>, que pressupunha a existência de pré-requisitos necessários para a instauração do regime democrático num país. Ou seja, esta abordagem afirma que é apenas possível estabelecer um regime democrático quando os requisitos necessários para tal forem respeitados, nomeadamente o desenvolvimento económico e a modernização, que pressupõem o bem-estar populacional, a industrialização, bem como elevados níveis de rendimentos *per capita* (Lima e Sá, 2005: 128).

É de destacar que um dos autores mais importantes da abordagem de modernização é Seymour Lipset, que afirmou que o crescimento económico e a modernização levam à democratização (Lipset, 1959: 69), o que significa que quanto maior o bem-estar da nação, maiores são as probabilidades de sustentação democrática naquele país (Lipset, 1959: 75). Note-se que vários índices de desenvolvimento económico, como a riqueza, a industrialização, a urbanização e a educação têm sido utilizados para a classificação dos níveis de democratização no mundo Anglo-saxónico, Europeu e Latino-americano (Lipset, 1959: 75).

Portanto, segundo Lipset, a democracia está ligada ao crescimento económico de um país, pelo que crescimento económico positivo leva à transição democrática enquanto baixo nível de desenvolvimento económico não conduz à transição democrática. Uma vez lançada em 1959, a tese mencionada tem gerado, desde então, muita pesquisa, apoio e contestação (Przeworski e Limogni, 1997: 156). Segundo esta tese, o crescimento

---

<sup>4</sup> Traduzido de “*Modernization Approach*”.

económico facilita a transição para a democracia, na medida em que normalmente contribui para o crescimento da classe média, uma mão-de-obra mais qualificada, à expansão da educação e a um maior leque de protestos (Linz e Stepan, 1996: 78).

No entanto, segundo Raquel Freire, a economia apenas auxilia o processo de democratização, uma vez que a democratização depende ainda de atores externos, de tradições ideológicas e até culturais de um país, onde se pode inserir igualmente fatores como a oposição, a sua existência e consolidação, bem como a forma como é encarada pelos líderes do regime em questão (2006: 51).

Ainda de acordo com Samuel Huntington, existe uma correlação entre o crescimento económico, mais propriamente a riqueza, e a consolidação da democracia, pelo que o autor afirma que a transição para a democracia ocorre, em geral, nos países onde existe um nível médio de desenvolvimento económico. Assim, a pobreza é, neste entendimento teórico, o principal obstáculo à democratização, pelo que o futuro da democracia está inteiramente ligado ao futuro do desenvolvimento económico (1991: 31; 2000: 20-21) Pode-se assim concluir que a tese de modernização afirma que o desenvolvimento e a modernização conduzem à democracia (Kugler e Feng, 1999: 140), e que a consolidação democrática é bem mais propensa a acontecer em países mais ricos economicamente.

Existem então duas teses que explicam a relação entre o crescimento económico e a transição democrática: uma afirma que as democracias são mais propensas a surgir em países desenvolvidos economicamente, enquanto a outra afirma que as democracias podem ser estabelecidas em qualquer país, independentemente do seu grau de desenvolvimento económico, mas no entanto a sua consolidação e sobrevivência é mais propensa nos países desenvolvidos (Przeworski e Limogni, 1997: 157).

O desenvolvimento económico transforma de várias maneiras uma sociedade, na medida em que torna mais difícil de sustentar a concentração de poder numa só pessoa, num partido ou numa elite, pois altera a estrutura social e económica de um país e torna os valores e as atitudes mais democráticas (Diamond, 2008: 7). Por outras palavras, em geral, quanto mais desenvolvido economicamente estiver um país, maior será o investimento educacional na sua população, o que a fará interessar-se mais a participar na vida política do seu Estado.

No entanto, o argumento de que nos países de baixo desenvolvimento económico a população está em constante luta material para a sua sobrevivência, pelo que é indiferente à democracia e seus valores é deveras contestável, uma vez que, embora os valores liberais e o Estado de direito sejam mais difundidos nos países mais desenvolvidos, a aspiração à democracia tem-se tornado, surpreendentemente, cada vez mais universal (Diamond, 2008: 13-14).

Segundo Samuel Huntington (1991: 12), o mundo passou por três grandes vagas de democratização<sup>5</sup>, que começou com a primeira – nos anos 1820, em que o sufrágio eleitoral foi alargado para uma grande parte da população masculina norte-americana, e que durou aproximadamente até aos anos 1926, altura em que emergiram cerca de 29 democracias no mundo; a segunda vaga de democratização deu-se devido ao fim da Segunda Guerra Mundial, atingindo o seu auge em 1962, quando o número de países democráticos subiu para um total de 36. A “terceira vaga de democratização”, impulsionada principalmente pelo crescimento económico dos anos 1950 e 1960, foi sobretudo uma vaga Católica, uma vez que três quartos dos países que transitaram para o regime democrático entre 1974 e 1989 eram predominantemente de religião católica, incluindo países como Portugal, Espanha, Filipinas, México, Chile, Polónia e Hungria (Huntington, 1991: 13).

Segundo Larry Diamond, os países da “terceira vaga de democratização”, em que estão incluídos também alguns dos países que emergiram com a queda da URSS, necessitam de consolidar a sua democracia, o que requer reformas institucionais, a fim de alargar o acesso dos cidadãos ao poder, controlar a corrupção e melhorar a qualidade democrática (Diamond, 1997).

Contudo, a Abordagem de Modernização é muito criticada, especialmente devido ao processo de modernização não ser linear, na medida em que o líder de um país, bem como a conjuntura vivida influenciam igualmente esse processo (Inglehart e Welzel, 2010: 3). Além disso, note-se alguns exemplos de países de fraco desenvolvimento económico que se tornaram democráticos, nomeadamente o caso de Portugal, que se democratizou após a queda do regime salazarista, através do 25 de abril de 1974, sem ter altos níveis

---

<sup>5</sup> “A vaga de democratização”, segundo Samuel Huntington, é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos, que ocorreram num período temporal específico e que superaram transições na direção oposta no mesmo período (2009: 31).

económicos, de industrialização, nem de alfabetização. Ou ainda o exemplo da China, que apesar de ter altos níveis de desenvolvimento económico, é um país tão pouco democrático, devido essencialmente ao monopólio de poder político pelo Partido Comunista da China, às prisões dos manifestantes que lutam pela promoção de Estado de Direito, pela transparência e pelos Direitos Humanos na China, à corrupção, entre outros fatores (Freedom House, 2015a).

O assunto sobre a estabilidade democrática nos países mais ricos tem gerado muita discussão e análise. Assim, Lipset explica o fenómeno focando-se nos conflitos distributivos, que tendem a ser menores nos países mais desenvolvidos economicamente, enquanto, por exemplo, Larry Diamon enfoca o papel das instituições, pois os políticos em países mais desenvolvidos mais facilmente criam as instituições enquanto a democracia é estabelecida (Przeworski et al, 1996: 117).

Em jeito de conclusão é de mencionar, portanto, que a correlação observada inicialmente por Lipset, entre o desenvolvimento económico e a democracia continua a ser uma área de grande pesquisa na ciência política. Com algumas exceções marcantes, países pobres tendem a ser autoritários, enquanto países mais ricos são esmagadoramente regimes democráticos. Todavia, nos países de renda média, há grande variação de tipo de regime (Haggard e Kaufman, 1996: 27).

Neste quadro, nos anos 1960, surge uma nova teoria de democratização, que não enfatiza da mesma forma a questão económica no processo de democratização, incluindo a cultura política como elemento fundamental nesta abordagem (Lima e Sá, 2005: 129).

### **1.3.2. A Abordagem de Cultura Política**

No mesmo sentido da Abordagem da Modernização, esta nova tese, de Abordagem de Cultura Política, também afirma a existência de pré-requisitos para a instauração da democracia num país, mas em vez de se centrar no desenvolvimento económico e na modernização, assente nesse pressuposto, foca na sua cultura política.

O conceito de Abordagem de Cultura Política foi introduzido, pela primeira vez, por Gabriel Almond em 1956, para analisar a forma como a sociedade e o sistema político interagem e se afetam reciprocamente (Almond, 1956). Ou seja, um dos aspectos mais importantes da cultura política numa democracia liberal é a participação dos cidadãos na vida política. Trata-se da cultura de participação, em que os membros da sociedade tendem a estar explicitamente orientados para um sistema como um todo, às suas estruturas e processos políticos e administrativos, na lógica de *inputs* e *outputs* do sistema político (Almond e Verba, 1963: 184).

Segundo Gabriel Almond e Sidney Verba, autores mais relevantes desta linha teórica, existem estruturas culturais mais favoráveis aos regimes democráticos, bem como aquelas que são mais propensas à instauração de regimes mais autoritários, dependendo da sua cultura, valores e crenças (Almond e Sidney, 1965 *apud* Lima e Sá, 2005: 129). Assim, o que produz democracia são as características de uma cultura, segundo autores como anteriormente mencionado Gabriel Almond, Daniel Lerner, Sidney Verba, entre outros, independentemente do estado económico de um país, sendo por isso também um pré-requisito para a instauração do regime de cariz democrático.

Por sua vez Samuel Huntington menciona que a abordagem cultural se apresenta de duas formas: uma, mais restritiva, que afirma que apenas as sociedades ocidentais têm capacidade cultural para se democratizarem, pelo que as comunidades não-ocidentais não têm essa capacidade, essencialmente devido ao seu passado histórico, pois são sociedades que não experienciaram o feudalismo, o Iluminismo, a Revolução Francesa e o liberalismo; e a segunda afirma que as sociedades não-ocidentais são peculiarmente hostis ao regime democrático, essencialmente o confucionismo e o islamismo (1991: 23). Por isso, o grau de aceitação da democracia pelas sociedades não ocidentais está relacionado com a exposição das influências do Ocidente a estas comunidades (Huntington, 2000: 25).

### **1.3.3. As Abordagens Estruturalistas**

Por sua vez, as abordagens estruturalistas foram primeiramente referidas por autores como Lipset, Moore e Almond, assim como por outros autores da América Latina e da Europa do Sul nos anos 1960 e 1970 (Guo, 1999: 134-135).



A Abordagem Estruturalista, como o próprio nome indica, dá grande ênfase à estrutura política de um país, o que vai ao encontro da Abordagem de Cultura Política, referida anteriormente, uma vez que afirma que é através das lutas político-sociais que a estrutura política se altera (Lima e Sá, 2005: 129). Assim, esta abordagem assume que o desenvolvimento económico, a cultura política, o conflito de classes, e as estruturas sociais são condições necessárias para a transição democrática, na medida em que relacionam a democracia e o desenvolvimento económico ou vários aspetos de desenvolvimento social (Guo, 1999: 135).

Barrington Moore (1966: 413-414), um dos autores mais importantes desta tese, invocou a importância da burguesia na transição para um regime democrático, afirmando que esta classe social contribuiu para a forma ocidental de democracia, enquanto as revoluções da classe conservadora se traduziam em fascismo e as dos camponeses em comunismo, como mostrou o passado e a história.

Todavia, estas abordagens são maioritariamente criticadas pelo facto de não explicarem a razão nem a forma como as elites contribuem para fazer mudar o regime (Guo, 1999: 141), deixando pouco claro de que modo a alteração estrutural proposta se processa.

#### **1.3.4. As Abordagens de Escolha Estratégica: Enfoque nas Elites**

As abordagens de escolha estratégica são um desafio às abordagens estruturalistas, pois concentram-se especialmente nas interações das escolhas estratégicas das elites como forma de explicar o sucesso ou fracasso da transição democrática (Guo, 1999: 136). Ou seja, nestas abordagens dá-se grande ênfase aos atores políticos no processo de transição para um regime democrático. Segundo Thomas O'Brien os líderes devem desempenhar um papel crucial no processo de democratização derrubando o sistema não-democrático existente (2010: 355).

Neste sentido, a existência e consolidação de uma oposição ao regime, assim como a maneira como os líderes do regime o encaram é muito importante no quadro de transição democrática (Freire, 2006: 51), uma vez que é, em grande parte, com a ajuda da

oposição que acontece a transição para um regime democrático, existindo um poder de escolha e não monopólio de força por parte de uma pessoa ou de um partido.

O'Donnell e Schmitter sublinham a relevância das elites e das suas escolhas estratégicas para uma possível liberalização ou eventual democratização, uma vez que começa a estender algumas garantias individuais, bem como direito de contestação, negociando com opositores ao regime, o que pode levar a uma mobilização generalizada como “*ressurrection of civil society*” (1986: 48).

No entanto, as escolhas tomadas pelas elites dependem do contexto o que limita as suas preferências e cálculos de custos e benefícios de várias estratégias de transição (Guo, 1999: 142), o que dificulta o processo de democratização. Ou seja, a evolução democrática está diretamente relacionada com os líderes políticos, isto é, esta apenas é possível quando estes têm interesse e o dever de a promoverem (Huntington, 2000: 25).

#### **1.4. Rustow e a negação de pré-requisitos necessários para a existência da democracia**

Sugerida primeiramente por Dankwart Rustow em 1970 através do seu trabalho intitulado de - *Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model* - a tese da teoria de transição para a democracia começa com a “*background condition*”, isto é, a unidade nacional, considerada indispensável na formação do regime democrático, passando por uma fase de preparação (“*preparatory phase*”), caracterizada por lutas políticas prolongadas e inconclusivas, e em que surge uma nova elite; seguido por uma fase de decisão (“*decision phase*”), em que a democracia é uma escolha e a decisão em seu favor resulta de interação de diversas forças; e, por fim, a fase de habituação (“*habituation phase*”), em que a comunidade em questão se acostuma à democracia e entende que esta é a melhor forma de resolver conflitos e viver em sociedade (Rustow, 1970: 352-361). É de mencionar que segundo este autor, os fatores ou as condições para a consolidação da democracia não são necessariamente os mesmos que estão na sua génese, assim como argumenta que existem vários caminhos para a democracia, pelo que não existe um caminho nem tempo certo para tal (Rustow, 1970: 346).

Dankwart Rustow (1970) foi o primeiro a negar a necessidade de pré-requisitos necessários para a transição para um regime democrático, contrapondo-se às teses de Lipset. Isto é, na sua opinião, a única condição necessária para haver uma transição para a democracia é a unidade nacional, sem a qual dificilmente se transita para a democracia, pois para Rustow o sentimento de unidade nacional é imprescindível para qualquer processo de transição.

Trata-se então de uma condição indispensável, a de unidade nacional, e de três fases sequenciais que levam à consolidação da democracia num país, ao contrário das teses anteriormente mencionadas que expõem requisitos, como o desenvolvimento económico, por exemplo, para a estabilização da democracia. Por outro lado, deve-se notar que apesar da sequencialidade das fases delineadas, Rustow não assume como necessariamente lineares, prevendo avanços e recuos num processo sempre marcado por complexidade.

## **1.5. O papel do contexto internacional na transição democrática**

Importa salientar que o contexto internacional também tem influência na transição e consolidação dos regimes democráticos. Neste sentido, o subcapítulo que se segue é dedicado à explicação da influência do contexto internacional e regional na transição democrática de um país.

Segundo Przeworski *et al.* (1996: 120), quantos mais regimes democráticos houver num determinado ano, a nível global ou regional, maior é a probabilidade de uma democracia sobreviver num país em particular, devido ao processo de contágio. Isto é, o número de Estados democráticos tem crescido devido ao processo de contaminação de um Estado para outro. No entanto, Samuel Huntington refere que se um país não tem condições internas favoráveis para uma transição para a democracia, a democratização como efeito contágio é pouco provável, pois considera que a democratização nos países A e B não é razão para democratização do país C, a não ser que as condições que favoreceram a transição nos primeiros, existam também no último (Huntington, 1991: 16).

O contexto internacional para a transição de um regime, segundo Geoffrey Pridham, está mais assumido do que comprovado, considerando este como “ (...) a collective term for different external influences, clearly requires close examination to establish its exact influence on the course of regime change in a particular regime” (Pridham, 1997: 7).

Durante a terceira vaga de democratização, a Comunidade Económica Europeia (CEE) teve um papel importante na consolidação da democracia nos países do Sul da Europa, como Portugal, Grécia e Espanha, uma vez que o estabelecimento da democracia era vista como imprescindível para garantir os benefícios económicos da adesão à CEE, enquanto a adesão era vista como uma garantia da estabilidade da democracia (Huntington, 1991: 14).

Neste sentido, é de mencionar o contexto internacional quando a Ucrânia deu o seu primeiro passo para a transição do regime para democracia: a dissolução do bloco soviético, o surgimento de novos Estados na Europa Central e de Leste, e as duas grandes vagas de democratização que já tinham ocorrido e atingido os países da Europa ocidental. Assim, o contexto que se viveu foi propício para a realização das eleições e do referendo em 1991 que tornaram a Ucrânia um Estado independente.

Na Europa Oriental, o grande obstáculo para a democratização era o controlo soviético, que uma vez dissolvido fez difundir a democracia rapidamente pelos seus países. Na verdade, os acontecimentos de 1989 nos países da Europa de Leste incentivaram grupos de oposição de cariz democrático, mas tendo em conta a repressão de longo prazo vivida naqueles países, dificilmente se acredita que todos estes países consigam produzir um progresso significativo em direção à democracia (Huntington, 1991: 16-17)

## **1.5. Notas conclusivas**

É de mencionar que há várias abordagens acerca das condições necessárias para a instauração e consolidação da democracia. Seymour Lipset, Larry Diamond e Kugler e Feng, entre outros, ligam a democracia ao crescimento económico e modernização, isto é, relacionam o processo de democratização com o crescimento económico. Ou seja, os autores acreditam que a modernização e a industrialização levam à transição democrática,

afirmando ainda que a primeira não pode existir sem a segunda. Apesar de Lipset argumentar que uma vez estabelecida a democracia num país, esta tem maior probabilidade de durar, Przeworski *et al.* salientam que as democracias podem perdurar nos países mais pobres, desde que sejam capazes de gerar desenvolvimento, de reduzir a desigualdade social, tenham instituições parlamentares, e por último, mas não menos importante, desde que a conjuntura internacional seja propícia para tal (1996: 129). Ou seja, tal como fatores internos, o contexto internacional tem um papel relevante no processo de transição democrática.

Por sua vez, Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) introduzem a questão cultural neste assunto, mencionada igualmente por Samuel Huntington (1991), argumentando que a transição de um regime autoritário para um regime democrático tem essencialmente a ver com cultura, valores e crenças da sociedade. Ou seja, sem essa cultura política um país não é capaz de transitar para a democracia.

A terceira explicação realça a estrutura política e certas características sociais do Estado como condições necessárias para a democracia (Rustow, 1970: 338). Estas abordagens estruturais colocam o enfoque nos agentes do Estado, como as elites, como principais promotores da democratização.

É também de referir que as críticas às escolas de transição democrática têm, essencialmente, a ver com o seu foco numa só dimensão deste processo, isto é, não têm em conta vários aspetos que se complementam na análise destes processos complexos. Em segundo lugar, algumas das abordagens não podem ser aplicadas a certos casos, como por exemplo o da China, que apesar de registar crescimento económico e modernização, não alterou o seu regime para democrático, ou o caso de Portugal, que realizou a sua transição democrática sem se ter modernizado primeiro.

Abordagens estruturalistas ajudam a entender a razão pela qual os velhos regimes são alterados ou ameaçados, no entanto não nos explicam a maneira como as elites produzem essa mudança de uma forma ou de outra. Além disso, estas abordagens dificilmente explicam o porquê de diferentes atores políticos tomarem escolhas distintas, o porquê de as suas preferências ou escolhas políticas mudarem, e a razão pela qual uma escolha prevalece sobre outra, ainda que tomada dentro de mesmo contexto social e estrutural (Guo, 1999: 141).

Contrariamente às abordagens mencionadas, assentes na existência de pré-requisitos identificadas por áreas sectoriais de abordagem, Dankwart Rustow afirma que as condições que fazem uma democracia ser estável podem não ser as mesmas que a geraram (Rustow, 1970: 346). Quer isto claramente dizer que as condições para a instauração de um regime democrático não são necessariamente as mesmas que estão na sua origem. Segundo Rustow, é necessário, em primeiro lugar, que haja um sentimento de unidade nacional quando se transita para a democracia, seguido do dismantelamento do regime de cariz não-democrático, depois uma consciencialização e adoção das regras democráticas e, por fim, a habituação às novas regras e princípios jurídicos que fazem parte da democracia, isto é, aceitá-las e respeitá-las (Rustow, 1970: 361).

Igualmente importante é referir que este modelo de transição democrática menciona que todas estas fases são realizadas uma de cada vez, não sendo necessariamente linearmente sequenciais, ou seja, pode haver retrocessos no processo (Freire, 2006: 52), bem como elimina a necessidade de pré-requisitos como mencionados pelos autores funcionalistas. Estas várias dimensões dos processos de transição democrática serão analisadas no caso das relações bilaterais U.E.-Ucrânia de modo a aferir de que maneira a União contribuiu/tem vindo a contribuir para a democratização ucraniana, olhando em particular os princípios democráticos associados às políticas de vizinhança.



## **2. Da Política Europeia de Vizinhança à Parceria Oriental: aprofundamento da Política Externa da União Europeia para o Leste Europeu**

Em 1993, depois do colapso da União Soviética, e com o surgimento de novos Estados que daí resultaram, os Chefes de Estado e do governo dos Estados-membros da U.E. acordaram, pela primeira vez, que os países da Europa Central e Oriental poderiam tornar-se membros desta organização (Baracani, 2010: 306).

Em 2004, a U.E. lançou um novo projeto da sua política externa: a Política Europeia de Vizinhança, baseada nos valores e compromissos entre a U.E. e os seus países parceiros, dentro dos quais a democracia desempenha um valor central, ainda que de forma diferente para vários países que fazem parte desta política (Casier, 2009: 1). O objetivo da PEV é “partilhar os benefícios da U.E. com os países vizinhos, contribuindo assim para o reforço da estabilidade, da segurança e do bem-estar” (Comissão Europeia, 2014). Assim, com o objetivo de desenvolver uma relação especial com os seus vizinhos, e de criar um espaço de prosperidade e boa vizinhança, fundado nos valores da U.E., tais como a governação democrática, cuja promoção é central, foi criada a PEV (Serviço de Ação Externa da U.E. e Comissão Europeia, 2014: 1). Em 2011 a PEV foi revista, tornando-se mais flexível, uma vez que o apoio às reformas políticas apoiadas pela U.E. aos seus países vizinhos tiveram resultados limitados (Comissão Europeia e Ação Externa da U.E., 2011: 1).

No entanto, a União sentiu a necessidade de conferir maior especificidade às suas relações com os países nesta área alargada em 2009 e lançou um novo projeto – a Parceria Oriental, que é um aprofundamento da PEV, destinado apenas à Ucrânia, à Geórgia, à Bielorrússia, à Arménia, à Moldova e ao Azerbaijão. Este aprofundamento verifica-se ao nível político e económico, embora a vertente política tenha maior destaque neste trabalho e seja tratada adiante com maior detalhe.

No contexto internacional que se vive hoje, depois da queda do muro de Berlim, do colapso da União Soviética e do Fim da Guerra Fria, a U.E., nem que seja retoricamente e dentro de limites, tem a promoção da democracia no topo da sua agenda de política



externa e da sua política estratégica, e entendida como um instrumento para alcançar o principal objetivo da sua política externa: a segurança e a prosperidade económica (Baracani, 2010: 303).

O capítulo que se segue tem como objetivo principal analisar os dois projetos da política externa da U.E.: a PEV e a PO, dando destaque à democracia e à influência das políticas neste âmbito no processo de democratização da Ucrânia. Além disso, pretende-se contextualizar as relações entre a U.E. e a Ucrânia, com o objetivo de entender que tipo de relação existe e qual é a política externa europeia para os países do espaço pós-soviético, em que a Ucrânia se insere.

## **2.1. As relações entre a União Europeia e a Ucrânia antes da Política Europeia de Vizinhança e da Parceria Oriental**

As relações entre a U.E. e a Ucrânia iniciaram-se em 1991, com o reconhecimento da independência da Ucrânia por parte desta organização. Foi em 1993 que a Ucrânia pronunciou, pela primeira vez, que uma das prioridades da sua política externa é a integração na U.E., pelo que deveria avançar nas negociações de um Acordo de Parceria e Cooperação (APC)<sup>6</sup> e, posteriormente, prosseguir com a adesão à U.E. (MNE Ucrânia, 2012).

Neste sentido, a base para as relações atuais entre a U.E. e a Ucrânia remonta a junho de 1994, com a assinatura do APC entre as partes, que entrou em vigor em 1998 (Verhovna Rada, 1994).

Note-se que

Os princípios gerais [dos APC] referem-se ao respeito pela democracia, pelos princípios do direito internacional e pelos Direitos do Homem. A economia de mercado constitui igualmente um objetivo para todos os acordos. Os acordos estabelecem um diálogo político bilateral entre a UE e os vários países. Visam promover uma maior convergência de posições sobre questões internacionais de interesse mútuo, bem como estabelecer uma cooperação com vista à estabilidade, à

---

<sup>6</sup> A U.E. celebrou os APC com a Rússia, os países da Europa Oriental, do Cáucaso Meridional e da Ásia Central, que visam consolidar a democracia e desenvolver a economia destes países através de uma cooperação num vasto leque de domínios e de um diálogo político (Eur-Lex, 2010).

segurança e ao respeito pela democracia e pelos Direitos do Homem (Eur-Lex, 2010).

No caso da Ucrânia, os objetivos que constam no documento oficial do APC de 1994 são essencialmente proporcionar um enquadramento para um diálogo político entre as partes e o desenvolvimento de relações políticas estreitas; a promoção do comércio e do investimento e de relações económicas harmoniosas entre as partes, incentivando o desenvolvimento sustentável; uma cooperação mutuamente vantajosa a nível económico, financeiro, tecnológico-científico e cultural; e, por fim, apoiar os esforços da Ucrânia na consolidação da democracia no país, no desenvolvimento económico e na conclusão da sua transição para a economia de mercado (U.E., 1994). O APC entre a U.E. e a Ucrânia, de 1994, é composto por 109 artigos, dentro dos quais a democracia é destacada no artigo 1, onde constam os objetivos do acordo e no artigo 6, dedicado ao diálogo político entre as partes (U.E., 1994).

Segundo Kubicek (2005: 275), o APC é visto como um meio de promover a democracia na Ucrânia, mas na prática o autor considera ser mais uma forma de preparar a Ucrânia para os padrões da Organização Mundial de Comércio (OMC), devido à importância que se dá às reformas económicas.

## **2.2. Política Europeia de Vizinhança**

### **2.2.1. A origem da Política Europeia de Vizinhança**

O desejo de ter boas relações com os seus vizinhos terrestres e marítimos levou a U.E. em 2004, no contexto do maior alargamento da sua história, a criar a PEV, para os países da Europa Oriental, Médio Oriente e do Norte de África, sendo eles a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldova, a Ucrânia, a Argélia, o Egito, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, os Marrocos, a Palestina, a Síria e a Tunísia.

O contexto em que a PEV surgiu é, portanto, o de alargamento. Para responder às limitações do alargamento da U.E., foi lançada a PEV como forma de melhorar as

oportunidades de mercado e fornecer um ambiente económico e político mais estável ao “círculo de amigos<sup>7</sup>” da U.E. (Comissão Europeia, 2002). Ou seja, com objetivos securitários, a U.E. substituiu o processo de alargamento por exportação das suas regras, políticas e normas à sua nova vizinhança, sendo esta uma mudança fundamental na estratégia de criar estabilidade e condições para a paz à sua volta (Casier, 2012: 104).

Segundo a U.E., os benefícios desta política consistem essencialmente em inserir os países mencionados nos assuntos da U.E. através de uma cooperação mais estreita e focada nos assuntos económicos, políticos, culturais e mesmo securitários (Comissão Europeia, 2014). O objetivo central do projeto é repartir os benefícios com os seus vizinhos, contribuindo, desta forma, para o reforço da estabilidade, da segurança e do bem-estar da região (Comissão Europeia, 2014).

Esta política coincidiu com o alargamento da U.E., em que entraram mais dez países<sup>8</sup> e as fronteiras da organização se alteraram, trazendo novas oportunidades e novos desafios para os países vizinhos, reforçando os objetivos de segurança europeia (Comissão Europeia, 2004: 2). Não podendo manter a perspetiva de alargamento continuado, a definição destas políticas permitiu estruturas de cooperação mais densas com estes Estados, sem necessariamente garantir que futuramente processos de adesão seriam postos em marcha.

Os objetivos da PEV são, em primeiro lugar, promover estabilidade, segurança e prosperidade daquela região e dos países próximos da fronteira da U.E. (Comissão Europeia, 2015a). A PEV é fundamentada essencialmente nos valores democráticos, de Estado de Direito, e no respeito pelos Direitos Humanos (Parlamento Europeu, 2016). Assim, a PEV é uma mudança na estratégia da U.E. para a estabilidade das suas fronteiras e uma forma de exportar as suas normas e regras, sem a adesão (Casier, 2012: 100).

Um elemento fundamental da PEV são os respetivos Planos de Ação (PA), que são bilaterais, ou seja, entre a U.E. e um país que faz parte da PEV, e estabelecem programas de reformas tanto políticas como económicas a curto e medio prazo (de três a cinco anos) (Parlamento Europeu, 2016). Além disso,

---

<sup>7</sup> Tradução de inglês “a ring of friends”

<sup>8</sup> Sendo eles República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia.

Os planos de ação da PEV refletem as necessidades, os interesses e as capacidades da U.E. e de cada parceiro. Procuram desenvolver sociedades democráticas, socialmente equitativas e inclusivas, a fim de promover a integração económica e melhorar a circulação de pessoas através das fronteiras. A PEV baseia-se nos acordos jurídicos em vigor entre a U.E. e os seus parceiros: os Acordos de Parceria e de Cooperação (APC) e, mais recentemente, os Acordos de Associação (AA) (Parlamento Europeu, 2016).

A Revolução Laranja, que ocorreu na Ucrânia em 2004<sup>9</sup>, foi um marco nas relações entre a U.E. e a Ucrânia, pois esta última mostrou-se com vontade de avançar em direção ao ocidente e aprofundar o seu processo de reforma democrática, desvalorizando o papel da Rússia e da sua influência no país. Essa aproximação da Ucrânia ao Ocidente foi várias vezes sustentada com o seu desejo de integração tanto na U.E. como na Aliança Atlântica (Freire, 2006: 56). De acordo com Iryna Solonenko (2011: 121), foi após a Revolução Laranja e com a criação da PEV que a U.E. começou a interferir nas reformas internas da Ucrânia, nomeadamente através dos Plano de Ação U.E.-Ucrânia durante os anos de 2005 a 2008 e dos relatórios de progresso lançados pela Comissão Europeia.

Desde o início da PEV, esta tem sido alvo de críticas por abranger países completamente diferentes não só pela sua localização geográfica, como também por fatores culturais, económicos, sociais e identitários (Lapczynski, 2009: 144). Seguramente, países como a Ucrânia e o Egito, por exemplo, são completamente diferentes entre si, pelo que a conjugação destes países tão distintos num mesmo projeto mostrou-se ser desde logo um desafio. De facto, as diferenciações existentes acabaram por levar a U.E. a tomar medidas diferentes para estes ‘blocos de países’. Além disso, a principal desvantagem deste projeto é a falta de financiamento substancial por parte da U.E. para apoiar todas as reformas dos países que esta abrange (Cameron, 2011: 136).

Por esta razão, surgiram dois novos projetos: a Parceria Oriental, destinada a países da Europa de Leste e a União para o Mediterrâneo<sup>10</sup> para os 15 países

---

<sup>9</sup> A informação mais detalhada sobre a Revolução Laranja encontra-se no capítulo 3.2.

<sup>10</sup> A União para o Mediterrâneo promove a integração económica e as reformas democráticas para os vizinhos a sul da U.E., do Norte de África e do Médio Oriente (Ação Externa da U.E., s.d. b).

mediterrânicos<sup>11</sup> (Parlamento Europeu, 2016). O objetivo é delinear políticas mais direcionadas às necessidades e expectativas destes países, sendo que o agrupamento geográfico sugerido não exclui a diversidade existente entre os países quer a leste quer a sul.

### **2.2.2. A PEV e a democracia**

Certamente, a política de democratização mais bem-sucedida da U.E. tem sido a de alargamento, uma vez que o processo de adesão dos países estimula um enorme progresso neste âmbito (Solonenko, 2014: 349), sendo um grande exemplo disso os países de Sul e dos Balcãs.

O dilema essencial da PEV, desde a sua criação, tem sido o de como europeizar, democratizar e estabilizar os seus Estados vizinhos sem a sua adesão à organização, em que o princípio de condicionalidade é utilizado como ferramenta para resolver este problema (Grajauskas e Gira, 2009: 1).

O desenvolvimento da PEV e a adoção dos Planos de Ação, como analisado, abriram novos caminhos e novas perspectivas na promoção da democracia nos Estados vizinhos da U.E.. No caso da Ucrânia, o primeiro Plano de Ação U.E.-Ucrânia foi assinado em fevereiro de 2005 (Comissão Europeia, 2005), estabelecendo dezassete medidas destinadas a reforçar a democracia e o Estado de Direito na Ucrânia, com as respetivas recompensas pelo trabalho realizado neste âmbito, além de ainda refletir mais uma prioridade da U.E.: desenvolver uma forte sociedade civil ucraniana (Solonenko, 2005: 65-66). Segundo Kararyna Wolczuk (2009: 187), foi exatamente através deste Plano de Ação que a U.E. começou a ter influência na evolução doméstica da Ucrânia. É de mencionar que a Ucrânia foi o primeiro país com o qual a U.E. elaborou um PA, o que mostra a sua relevância na PEV (Vieira e Melo, 2013: 138).

Desde a elaboração dos Critérios de Copenhaga - em 1993,

---

<sup>11</sup> São eles a Albânia, a Argélia, a Bósnia e Herzegovina, o Egito, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Mauritânia, o Mónaco, o Montenegro, os Marrocos, a Palestina, a Síria, a Tunísia e a Turquia (Ação Externa da U.E., s.d.b.).

[o] Conselho Europeu acordou [...] que os Países Associados da Europa Central e de Leste que assim o desejem adiram à União Europeia, [desde que estejam] em condições económicas e políticas exigidas [...]", mas para isto, "(...) o país candidato [tem que dispor] de instituições estáveis que garantam a democracia, o estado de direito, os direitos humanos, o respeito pelas minorias e sua proteção, bem como uma economia de mercado em funcionamento, e capacidade para responder à pressão da concorrência e às forças de mercado dentro da União (Conselho Europeu de Copenhaga, 1993).

Por isso, antes de mais um alargamento da U.E., os países candidatos devem adotar os critérios mencionados, o que tem ajudado a democratizar as instituições desses países (Karacasulu e Çepel, s.d.: 2) e a influenciar o seu caminho político. No entanto, ser parte dos países da PEV não significa que o caminho para a adesão esteja facilitado, não havendo qualquer compromisso das instituições europeias neste sentido.

O apoio à democratização da vizinhança da U.E. é um dos principais objetivos da PEV, e no caso da Ucrânia, o peso da promoção democrática aumentou também com a adoção do PA assinando por um período de três anos, em 2005 (Fedirko, 2013: 2-3). Isto é, sendo a U.E. uma comunidade de segurança, esta exporta a sua segurança e as normas além das suas fronteiras, com o objetivo de promover a estabilidade e a democratização na sua vizinhança (Freire e Simão, 2009: 63).

Apesar de a PEV desenvolver relações privilegiadas com os países vizinhos sem oferecer a perspectiva de adesão, no caso da Ucrânia e da Moldova, as reformas democráticas que integram os Planos de Ação têm um lugar de destaque, baseando-se no governo democrático e na governabilidade democrática (Casier, 2009: 5). O PA que se iniciou um ano após a criação da PEV previa um trabalho conjunto nas áreas da política, economia e cultura, incluindo também a cooperação transfronteiriça e a responsabilidade partilhada na prevenção e resolução de conflitos (Comissão Europeia, 2005). É de destacar desde logo as prioridades dadas à questão democrática nos PA entre a U.E. e a Ucrânia.

Segundo o documento oficial do Plano em questão, as prioridades são o reforço da estabilidade e da eficácia das instituições que garantem a democracia e o Estado de Direito;

a realização das eleições presidenciais democráticas em 2004 e das eleições parlamentares em 2006, em conformidade com as normas da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE); a garantia e o respeito pela liberdade de imprensa e de expressão, entre outras (Comissão Europeia, 2005). Além disso, no ponto 3 é mencionada a luta contra a corrupção, nomeadamente a adesão da Ucrânia ao Conselho da Europa do Grupo de Estados contra a Corrupção e a implementação das recomendações pertinentes, entre as quais a revisão da estratégia nacional ucraniana contra a corrupção, bem como a promoção da transparência e a prestação de contas da administração, nomeadamente no que respeita a reforma da função pública baseada em normas europeias (Comissão Europeia, 2005).

Pode-se concluir que é especialmente através dos PA que a U.E. tenta democratizar a Ucrânia, incentivando-a a realizar reformas nesta esfera, em conformidade com os seus valores e princípios.

Apesar de a U.E. ter no topo da agenda da PEV a democracia, é de salientar o facto dos planos de ação da PEV não serem juridicamente vinculativos e muitas vezes bastante vagos, pelo que a sua implementação depende, em primeiro lugar, do compromisso do país e se este os quer ou não cumprir (Solonenko e Jarabik, 2008: 87), pelo que a vontade interna dos países está internamente ligada à sua execução.

Note-se, então, que o ano de 2004 foi um ponto de viragem nas relações entre a U.E. e a Ucrânia, uma vez que foram adotadas novas medidas por esta organização, que se assemelham às condições do alargamento, nomeadamente a condicionalidade, embora fraca: vários incentivos foram previstos, nomeadamente a perspectiva de uma zona de comércio livre e uma maior facilitação na obtenção dos vistos, além de uma maior assistência financeira (Solonenko e Jarabik, 2008: 81).

Relativamente à questão da condicionalidade, a U.E. referiu que o maior apoio aos seus vizinhos é condicional, isto é, depende do progresso na construção e consolidação da democracia e do respeito pelo Estado de Direito, pelo que quanto mais rapidamente um país progride nas suas reformas internas, mais a U.E. fornece apoio, que se traduz em várias formas, incluindo o financiamento para o desenvolvimento social e económico, programas para o reforço institucional, maior acesso ao mercado, o aumento do financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) e maior facilidade ao nível da mobilidade (Comissão Europeia e Ação Externa da U.E., 2011: 3).

Foram o derrube dos regimes repressivos na Tunísia e no Egito, o conflito militar na Líbia, a expressão violenta na Síria (que se tornou uma guerra civil), as contínuas repressões na Bielorrússia, e os persistentes e prolongados conflitos na região do Médio Oriente, as reformas na Moldova e as negociações sobre o Acordo de Associação com a Ucrânia que levaram a U.E. a olhar de outro modo para os seus vizinhos e afirmar que a PEV deve servir como um estímulo para toda a comunidade internacional apoiar as transformações democráticas e o desenvolvimento económico e social daquela região (Comissão Europeia, 2011).

A promoção da democracia é concretizada e sustentada pelas cimeiras regulares, pelas reuniões das comissões e das negociações entre a U.E. e os países da PEV (Gawrich *et al.*, 2010: 1212), como uma política de *soft power*.

Desde o ano em que a PEV foi lançada, houve grandes mudanças no espaço de vizinhança da U.E., o que a levou a rever esta parceria em 2015. Enquanto o seu surgimento foi uma resposta ao maior alargamento da U.E. em 2004<sup>12</sup> e aos novos vizinhos que daí resultaram, a revisão da PEV em 2015 foi uma resposta aos acontecimentos mais recentes que puseram em causa a segurança da União. Trata-se não só do caso do conflito na Ucrânia e a violação da soberania da mesma por parte da Rússia, da integridade territorial e da soberania, como também o extremismo e o terrorismo que tem vindo a ameaçar cada vez mais a própria U.E., bem como uma enorme vaga de refugiados que procuram na U.E. um abrigo de guerra no seu país de origem (Comissão Europeia, 2015a: 2). Todos estes factos levaram a U.E. a rever a PEV e aprofundar, de certo modo, o foco da mesma, bem como propor uma nova forma de parceria entre a U.E. e os seus países vizinhos, para tornar a região mais estável (Comissão Europeia, 2015a: 2). Isto é, quando em 2004 o objetivo era promover reformas económicas e políticas nos países vizinhos da U.E., em 2015 o foco desta política passou a ser o de estabilização da região (Comissão Europeia, 2015b).

Além disso, a PEV tornou-se uma política mais flexível, embora baseada nos valores tais como a democracia, o Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos e a abertura dos mercados (Comissão Europeia, 2015a: 2). A última revisão da PEV inclui um

---

<sup>12</sup> Com a entrada de Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Lituânia, Letónia, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia.



novo conceito – o de “diferenciação” – que prevê desenvolver parcerias ao nível de cada um dos parceiros da U.E., refletindo os seus diferentes interesses e ambições (Comissão Europeia, 2015b), onde a condicionalidade como existia desaparece, o que permite aos parceiros escolherem as áreas de cooperação a desenvolver.

Embora o documento estratégico da PEV refira que o objetivo desta política é o de fornecer um quadro para o desenvolvimento de novas relações entre a U.E. e os seus vizinhos, que a médio prazo não inclui a adesão destes países à União, relembra que todos os possíveis candidatos devem preencher os critérios de adesão, nomeadamente o de democracia e respeito pelas minorias (Comissão Europeia, 2003: 5).

### **2.3. Parceria Oriental: maior aprofundamento da Política Europeia de Vizinhança**

Desde o ano de 1991 a Ucrânia e a U.E. mantêm uma relação cada vez mais dinâmica, baseada na ideia de que a prosperidade, a estabilidade e a segurança de ambos pode ser significativamente reforçada pela Parceria Oriental (Comissão Europeia, 2010: 1).

Um dos objetivos estratégicos principais da U.E. tem sido reforçar a cooperação e as suas relações com os países do espaço pós-soviético, uma vez que a estabilidade, a segurança e a prosperidade destes seis países<sup>13</sup> tem influência direta no espaço da U.E. (Kharlamova, 2015: 29-30).

A perspetiva do alargamento é o principal meio pelo qual a U.E. tem tentado promover a democracia, a prosperidade e a segurança para as ex-Repúblicas do bloco comunista da Europa Central e de Leste, ainda que a longo prazo (Smith, 2011: 300). Em comparação com a PEV, na PO a União altera o seu discurso para os países a leste e começa a tratá-los por “parceiros” e não por “vizinhos” (Solonenko, 2011: 120), o que certamente mostra maior grau de proximidade da U.E. para aqueles países.

Apesar de o conceito de parceria já ter sido utilizado pela U.E. nos anos 1990 no processo de alargamento, é na PO que o mesmo ganha uma nova retórica, na medida em que é uma alternativa à adesão e uma ferramenta matizada da política externa da U.E. (Korosteleva, 2011b: 245). No entanto, a Ucrânia mostrou-se insatisfeita e desiludida com

---

<sup>13</sup> São eles a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a República da Moldova e a Ucrânia.

a nova parceria, uma vez que esperava mais, essencialmente uma menção de futura adesão da Ucrânia à U.E., o que não se verificou (Korduban, 2009). Além disso, a construção da identidade da U.E. faz-se também através da identidade do “outro”, ou seja, dos países que não fazem parte da organização, mas que são seu parceiros e vizinhos próximos, devido às diferenças em todos os níveis que existem entre ambos os lados. Esta narrativa por relação ao “outro” tornou-se evidente, e levou à necessidade sentida de tentar ultrapassar sentimentos de exclusão, nomeadamente dos que são parte do bloco e dos que estão fora deste. De algum modo, a PEV no seu todo, e estas políticas mais regionalizadas, como a PO, pretendem responder a sentimentos de exclusão, através da extensão de privilégios e cooperação densificada a estes Estados, sem oferecer garantias de futura adesão.

Todavia, ainda em 2011, Elena Korosteleva mencionou que a Rússia tem sido apontada como um dos possíveis obstáculos que podem impedir a intensificação das relações U.E.-Ucrânia (2011a: 14; 2011b: 255), o que se verificou em 2013 aquando da assinatura do Acordo de Associação (AA) entre estes dois parceiros levou a Rússia a boicotar a entrada de produtos ucranianos no país.

A PO foi lançada 5 anos depois da PEV, a 7 de maio de 2009 na Cimeira de Praga. A iniciativa de repartir a PEV e aprofundá-la em direções distintas foi apresentada a 26 de maio de 2008 pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros (MNE) da Polónia e da Suécia, Radoslaw Sikorski e Carl Bildt respetivamente, com vista a reforçar a cooperação com os vizinhos orientais, algo característico da política externa polaca que desde a sua adesão à U.E. tenta promover e apoiar os seus vizinhos mais próximos: em particular a Ucrânia e a Geórgia, devido, em grande parte, à sua posição geopolítica (Lapczynski, 2009: 145). Na proposta é desde logo mencionado que o princípio de diferenciação entre os parceiros envolvidos é um elemento-chave (MNE Polónia, 2008).

A PO é composta por quatro plataformas temáticas, sendo elas a política, a económica, a segurança energéticas e de reformas cívicas incorporados nos AA, com o objetivo de estabelecer uma união cada vez mais estreita entre os países parceiros e a U.E. (Korosteleva, 2011b).

Em 2010, Stefan Fule, Comissário Europeu para o Alargamento e a PEV, salientou que com a PO procura-se apoiar as reformas democráticas e orientadas para a

economia de mercado nos países parceiros, consolidando a sua soberania, e trazendo-os para mais perto da U.E. (Fule, 2010: 2).

A PO baseia-se no direito internacional e nos valores fundamentais, tais como a democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e os direitos fundamentais, apesar de incluir igualmente a economia de mercado, o desenvolvimento sustentável e a boa governação (Conselho da U.E., 2009: 5). Uma vez que o foco da PO são países do Leste da Europa, esta é uma iniciativa mais regional, em comparação com a PEV, na medida em que se centra nos países de uma região geográfica, para dar resposta aos desafios que possam surgir de uma área mais ou menos idêntica.

Assim, uma vez que se trata de uma política que abrange os Estados vizinhos geográficos da U.E., é considerada por muitos como uma integração sem adesão, uma vez que a base das relações entre a U.E. e os países que fazem parte da PO são os mesmos que estão especificados nos Critérios de Copenhaga que todos os Estados devem cumprir para aderir à União. No caso da Ucrânia, esta tem sido um exemplo de relações de sucesso com a U.E., que no entanto tem sido marcada pela política de não promessa de adesão (Fedirko, 2013: 4). Os acontecimentos mais recentes como o conflito na Ucrânia parecem tornar esta perspectiva ainda menos possível, como analisado adiante.

Em suma, a PO parece ser adequada e mais versátil do que a PEV, e tem como objetivo principal ampliar a eficácia desta última na região da Europa de Leste e Cáucaso (Korosteleva, 2011b: 244). É de acrescentar que o princípio orientador da PO deve ser o de oferecer estabilidade, segurança e prosperidade a todo o continente europeu, tendo em conta a realidade económica, política e o estado das reformas do país parceiro, trazendo benefícios visíveis para os cidadãos de cada país, além de apoiar as reformas democráticas e orientadas para o mercado e a consolidação da sua soberania e integridade territorial (Comissão Europeia, 2008: 2-3). Porém, os últimos acontecimentos, tais como a anexação da Crimeia e o conflito na Ucrânia, vieram a demonstrar as fragilidades da PO, especialmente o seu falhanço no apoio da soberania e integridade territorial dos seus vizinhos.

Um dos elementos essenciais da PO são os Acordos de Associação, que são acordos mais profundos e que abrangem mais áreas de cooperação do que os iniciais APC. A assinatura dos AA prevê progressos dos países da PO na área da democracia, do Estado

de Direito, do respeito pelos Direitos Humanos, do respeito dos princípios de economia de mercado, do desenvolvimento sustentável e da boa-governança (Grajauskas e Gira, 2009: 2).

Os AA constituem um plano de reformas com o objetivo de aproximar os países parceiros à U.E. através do alinhamento da sua legislação e normas de acordo com as da U.E., para assim permitir melhorar a qualidade de vida daquelas populações (Conselho Europeu, 2015). De algum modo, a standardização de procedimentos técnicos facilita as trocas comerciais e outras, entre a U.E. e estes países. Dentro dos AA a U.E. concluiu as negociações com a Ucrânia, a Geórgia e a Moldova, sobre a zona de comércio livre abrangente e aprofundada (ZCLAA)<sup>14</sup> (Conselho Europeu, 2015).

As negociações entre a U.E. e a Ucrânia relativamente à assinatura do AA, que começaram em 2008, terminaram com a assinatura do mesmo, e com a ratificação deste pelo Parlamento Europeu e pelo parlamento ucraniano, em 2014. Todavia, para o AA entrar em vigor, o mesmo precisa de ser ratificado por todos os Estados-Membros da U.E., o que pode ser travado devido às manifestações que tem havido em alguns países europeus contra a ratificação do mesmo, nomeadamente na Holanda, onde num referendo realizado em abril de 2015 sobre a questão, 61,1% dos eleitores que foram às urnas votaram contra a ratificação do AA (Barbosa, 2016). Os objetivos da associação, que constam no respetivo acordo, são essencialmente baseados em diálogo político em todos os domínios de interesse comum; na promoção da paz e da estabilidade naquela região e a nível internacional; na criação de condições económicas que proporcionem a entrada gradual da Ucrânia no mercado interno da U.E., bem como cooperação nos domínios da justiça, liberdade e segurança (Jornal Oficial da U.E., 2014a). Mas estes objetivos não são prosseguidos em contextos herméticos, e a crise na Ucrânia, com a violência que se registou, tornou a sua implementação por um lado mais premente do que nunca, mas por outro lado demonstrou as limitações que têm estado subjacentes a todo o processo de transição e consolidação democrática, e à forma como a U.E. tem contribuído para o mesmo.

---

<sup>14</sup> O objetivo da ZCLAA é melhorar o acesso a bens e serviços; reduzir os direitos aduaneiros, as quotas e os obstáculos ao comércio; garantir um quadro jurídico estável; bem como harmonizar práticas e normas (Conselho Europeu, 2015).

### **2.3. Notas conclusivas**

Antes da PEV, as relações U.E.-Ucrânia eram baseadas no Acordo de Parceria e Cooperação, que foram acordos celebrados com as repúblicas ex-soviéticas após o colapso da URSS. O objetivo principal destes era o de aproximar os parceiros da U.E. e manter relações mais estreitas, a nível tanto económico, como político e social.

A Política Europeia de Vizinhança (PEV) foi criada, pela União Europeia, em 2004, para impedir o surgimento de fragmentação entre a U.E. alargada e os seus vizinhos, assim como reforçar a estabilidade, a prosperidade e a segurança de todos (Parlamento Europeu, 2016). Assim, a PEV abrange países vizinhos geográficos da U.E., tanto a Leste da Europa, como no Norte de África e no Médio Oriente. O elemento-chave da PEV são os respetivos Planos de Ação, que são celebrados bilateralmente entre a U.E. e os respetivos países, num prazo de 3 a 5 anos (Parlamento Europeu, 2016).

Em 2008, devido aos acontecimentos que ocorreram, nomeadamente o conflito na Geórgia, por exemplo, assim como às críticas que a PEV teve por incluir países tão diferentes no mesmo quadro, a mesma foi dividida em duas novas iniciativas: a Parceria Oriental, destinada às repúblicas ex-soviéticas, e a União para o Mediterrâneo, que abrange países do mediterrâneo, mencionados anteriormente.

Assim, a PO é uma dimensão específica da PEV, destinada a reforçar a associação política e a integração económica dos países parceiros na U.E. (Conselho Europeu, 2015). A mesma é baseada em princípios do direito internacional e valores fundamentais, nomeadamente a democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos, as liberdades fundamentais, bem como ser suporte para uma economia de mercado, desenvolvimento sustentável e boa-governança (Ação Externa da U.E., s.d. c).

Por sua vez, a PO é baseada em Acordos de Associação, que são celebrados entre a U.E., os seus Estados-Membros e os países parceiros. Assim como todos os acordos internacionais celebrados pela U.E., os AA necessitam da ratificação de todos os Estados-Membros da U.E., pelo que até à data o mesmo ainda não ocorreu.

Em suma, a PO é um aprofundamento da PEV, destinado a um grupo de países relativamente idênticos, mas com algumas particularidades distintas que merecem por isso também um tratamento diferenciado.

Ao longo deste capítulo, pretendi fazer uma contextualização das relações entre a U.E. e a Ucrânia, para entender o que os sustenta. Para tal, foi necessário analisar a PEV e a PO, bem como o papel da democracia nestas duas políticas da U.E.. Pode-se concluir com este capítulo, que desde 2004, a U.E. tem aprofundado a sua política externa em relação às repúblicas ex-soviéticas, dentro das quais a Ucrânia tem um papel fundamental. Além disso, é de mencionar que a questão democrática está sempre presente nos acordos que fazem parte tanto da PEV, como da PO, o que mostra que a U.E. influencia o caminho político destes países. Por último, é de referir que a Ucrânia, ao participar nestes acordos e ao ratificá-los, mostra vontade em se aproximar cada vez mais da U.E., aceitando os valores e crenças europeias.

O documento mais recente que a U.E. emitiu relativamente à sua Política Externa refere que o poder de atração da U.E. pode estimular uma transformação desses países, tanto a Sul como a Leste, sem exceção (U.E., 2016: 25), o que mostra que os objetivos da PEV e das suas vertentes a Leste e a Sul continuam a ter um peso relevante na PE da U.E..



### **3. O extenso processo de democratização na Ucrânia: o papel da U.E.**

O presente capítulo serve de análise da influência da U.E. no processo de democratização dos países da PO, tendo como estudo de caso a Ucrânia. Pretende-se analisar de que modo a U.E. tem influenciado o processo democrático na Ucrânia, desde a sua independência em 1991.

Como será exposto, a Ucrânia é um país complexo de vários pontos de vista: é um país eslavo com forte influência europeia; tem diversas dificuldades em consolidar a sua identidade; e divide, geograficamente, os dois blocos<sup>15</sup> que desde o fim da guerra fria continuam a ter divergências a nível da política internacional. Todas estas razões levam a Ucrânia a sofrer vários avanços e retrocessos no seu processo de consolidação democrática, desde a independência em 1991, uma vez que a sua política doméstica é fortemente influenciada pela sua política externa.

De acordo com Anastasiya Ryabchuk (2014: 130), é mais interessante analisar qual a parte do passado autoritário que o povo ucraniano pretende esquecer e que aspirações do futuro democrático e europeu tem, para entender os acontecimentos mais recentes.

O capítulo é dividido em três partes numa lógica cronológica, começando com a independência do Estado ucraniano em 1991, passando pela revolução Laranja que ocorreu em 2004 e terminando com os acontecimentos mais recentes: a Revolução *Euromaidan* e o caso da Crimeia, com o objetivo de analisar estes acontecimentos.

#### **3.1. O fim da URSS e a independência da Ucrânia: do autoritarismo para a democratização**

O colapso da União Soviética em 1991 conduziu, para além do surgimento de muitos novos Estados independentes, a vários conflitos nacionais e internacionais,

---

<sup>15</sup> Ver Anexo I.



especialmente no Cáucaso, na Moldova e no Tajiquistão (Tsygankov, 2003: 104). Aquando o fim da URSS, o modelo ocidental de democracia representativa parecia ser a opção mais plausível para o futuro dos regimes socialistas que daí resultaram no contexto do famoso ensaio de Francis Fukuyama intitulado de “Fim da história” de 1989<sup>16</sup> (Fukuyama, 1989; ver também Beichelt, 2004: 1). Foram elaborados inúmeros trabalhos, nas últimas décadas, sobre as razões que levaram à dissolução da URSS, tendo em conta fatores económicos, institucionais, étnicos e históricos (Puglisi, 2003: 827), o que levou ao surgimento de novos Estados que ao adquirirem a sua independência optaram por um caminho mais ou menos democrático.

No caso da Ucrânia, desde a reanquirição da sua independência em 1991 e até 2014, esta prosseguiu “uma política ambivalente e multivectorial”, por tentar aproximar-se cada vez mais ao Ocidente, como ao mesmo tempo, mantendo laços estreitos com Moscovo, através da manutenção de relações próximas a nível económico, político e social (Freire, 2006: 49). Apesar da independência e da soberania do Estado ucraniano, as relações U.E.-Ucrânia não podem ser analisadas sem ter em conta o passado histórico da Ucrânia com a Rússia, uma vez que esta última continua a ter influência mais ou menos direta na política ucraniana (Freire, 2008: 5). Os acontecimentos mais recentes na Ucrânia, incluindo a questão da Crimeia e a assinatura do Acordo de Associação com a U.E. são exemplo claro das dificuldades de gestão de relações a leste e a ocidente que têm permeado a história do país.

A 28 de junho de 1990 a *Verhovna Rada*<sup>17</sup> da República Socialista Soviética da Ucrânia (RSSU) pôs em consideração a soberania do Estado ucraniano, depois de em março do mesmo ano a Lituânia ter proclamado a sua independência. Depois da XXVIII reunião do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em que a oposição e a maioria dos membros do Parlamento votaram a favor da independência, a Declaração sobre a soberania do Estado ucraniano foi aceite pela *Verhovna Rada* da Ucrânia a 16 de julho de 1990 (Slyusarenko *et al.*, 2002: 560-561).

---

<sup>16</sup> No seu livro, Francis Fukuyama argumentava que o mundo assistia não só ao fim da Guerra Fria, mas ao fim da história como tal, na medida em que considerava a democracia liberal ocidental como a forma final do governo humano (Fukuyama, 1989).

<sup>17</sup> Nome dado ao Parlamento da Ucrânia que continua a ser utilizado até hoje.

Assim, a declaração de independência da Ucrânia de 1991 abriu caminho para o processo de democratização e transformação daquele país (Freire, 2008: 3), tornando-se um “Estado independente e democrático” (Verhovna Rada, 1991b), a 24 de agosto de 1991. Esta significou a recuperação e a afirmação da identidade nacional ucraniana, com esperança de um modelo de governação diferente daquele que havia sido o modelo soviético (Freire, 2006: 49). A meio dos anos 1990, a Ucrânia optou por construir o seu caminho democrático, entrando em organizações internacionais e regionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Conselho da Europa, por exemplo, assinou um acordo de parceria com a Aliança Atlântica e começou a reivindicar o seu papel no seio da U.E. (Solonenko, 2005: 58). Os anos 1990 representaram neste contexto um período de uma importância extrema para a Ucrânia. Este foi um período de “transição do totalitarismo para a democracia, e da economia planificada para a economia de mercado” (Slyusarenko *et al.*, 2002: 576).

Um dos pontos-chave para o processo de transição democrática sugerido por Dankwart Rustow (1970) é o de unidade nacional, cujo desenvolvimento a Ucrânia iniciou com a sua independência, ainda que com algumas particularidades. A construção de unidade nacional através do estabelecimento de uma comunidade política e da nação cívica são aspetos centrais para a construção do Estado e da nação da Ucrânia desde 1991 (Kuzio, 1998: 67).

Em outubro de 1991 surge a lei “Sobre a Cidadania Ucraniana”, com o objetivo de conceder a nacionalidade ucraniana aos cidadãos daquela república, ainda que sem a possibilidade de dupla nacionalidade, para a criação de uma unidade nacional. Em 1992, foi aprovada a bandeira da Ucrânia, como parte da estratégia de construção do Estado ucraniano (Slyusarenko *et al.*, 2002: 578).

Além disso, a construção da comunidade política ucraniana inclui, entre outros fatores, também a memória histórica coletiva, a língua e a cultura, a geografia, a comunidade de interesses, as reformas económicas, o Estado de Direito, as reformas democráticas, a ideia nacional, a estabilidade e a ausência de conflito, a ideologia da construção do Estado, os líderes nacionais, a vontade e a visão política e a integridade territorial (Kuzio, 1998: 51-53). Todos estes fatores são essenciais para a construção da

nação ucraniana, embora o fator língua tenha um peso ainda maior, em comparação com os outros, uma vez que este é um elemento-chave da construção de uma nação<sup>18</sup>.

Durante a era czarista e da União Soviética, a língua e a cultura ucranianas sofriam repressão e conseqüente degradação, uma vez que havia um estereótipo de que quem falava ucraniano era da vila ou camponês, enquanto a língua russa era vista como uma língua de avanço e de contacto com o exterior (Kuzio, 1998: 52). Todavia, a Crimeia e a região de *Donbass* são duas regiões que desde logo se mostraram problemáticas em termos de construção da nação ucraniana<sup>19</sup> (Kuzio, 1998: 82), especialmente por serem duas regiões onde a população fala maioritariamente a língua russa (Kuzio, 2014: 195).

Relativamente à língua oficial na Ucrânia, o então presidente Kuchma mostrou-se ser mais flexível em comparação com as presidências de Yushchenko ou Yanukovich, por ter sido mais centrista em relação a este assunto e não ter optado por apenas uma das línguas (Kuzio, 2015: 238).

Com a sua independência, a Ucrânia viu-se confrontada com um problema: a separação política e étnica do país, uma vez que a parte oriental do país e a península da Crimeia é, na sua maioria, habitada por russos étnicos, com grande ligação à Rússia, enquanto a parte ocidental é maioritariamente composta por população etnicamente ucraniana, o que representa uma rutura sociocultural forte, relativamente ao valor da nação e à identidade ucraniana (Beichelt, 2004: 9). Durante um estudo realizado neste âmbito, em 1994, foram identificados três tipos de identidades com que os ucranianos se identificavam: a ucraniana, a russa e a soviética. Neste sentido, na cidade de *Donetsk*, que se localiza na Ucrânia oriental, próxima da fronteira com a Rússia, os cidadãos mencionaram identificar-se mais com a identidade soviética (45,4% dos inqueridos), enquanto na cidade ocidental de *Lviv* a população identifica-se com a identidade ucraniana (78,5%) (INEE da Ucrânia, 2011: 180). Verifica-se assim que a localização geográfica e a identidade estão interligados no caso da Ucrânia.

Deste modo, um dos problemas da Ucrânia desde a sua independência tem a ver com a sua identidade, uma vez que os anos que esteve subordinada ao poder da União

---

<sup>18</sup> Ver anexo II.

<sup>19</sup> A análise mais aprofundada relativamente à Crimeia será realizada na secção 3.3.

Soviética deixaram marcas profundas na sua sociedade, que se divide entre os pró-europeus e os pró-russos, tendo as suas preferências diferenciadas sido importantes no rumo da Ucrânia. Por um lado, é um país de raiz eslava, que o une à Rússia, bem como a outros países da mesma origem, como por outro lado é um país europeu, por questões geográficas, políticas, económicas e culturais.

Para Karina Korostelina (2013: 55-56), um dos maiores problemas que a Ucrânia enfrenta e que dificulta as suas resoluções, é precisamente a falta de uma unidade nacional, que se prolonga ainda desde 1991, sendo a Ucrânia um conjunto de civilizações diferentes, com diferentes culturas e mentalidades. Porém, segundo Eva Elfenkämper, a unidade nacional que a democracia exige não requer o consenso entre a população, mas sim um vago sentimento de comunidade, pelo que autora afirma a Ucrânia ter demonstrado isso em vários momentos históricos, nomeadamente ao declarar a sua independência em 1990 (2006: 39).

No entanto, a opção europeia da Ucrânia não simboliza apenas ser uma escolha contra a Rússia, mas sim uma seleção de valores ocidentais, onde se encaixa a democracia, e a recusa de ideologia repressiva e totalitária (INEE da Ucrânia, 2011: 198).

É importante neste contexto ter em consideração e novamente sublinhar que a independência da Ucrânia e a conseqüente transição democrática coincidiu com um dos períodos mais marcantes nas relações internacionais: o fim da guerra fria, o colapso da União Soviética que levou à criação de quinze novos Estados independentes e soberanos, a criação da Comunidade de Estados Independentes (CEI), assim como o surgimento de novos polos de poder a nível regional, nomeadamente a União Europeia.

Após a sua independência, a Ucrânia foi governada por um regime presidencialista semi-autoritário, sob a liderança de Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004). O primeiro presidente da Ucrânia, Leonid Kravchuk, foi eleito no mesmo dia em que a população votou pela independência do país num referendo, em que 90,32% dos eleitores votaram a favor da independência total, sendo que cerca de 84% dos eleitores foi às urnas. O primeiro-ministro nomeado foi Leonid Kuchma. As eleições que foram realizadas na época pós-comunista na Ucrânia são um marco do esforço de transição para a democracia daquele país (Freire, 2006: 50), pois são uma das

características mais importantes de um regime democrático. Contudo, os desafios associados à consolidação democrática têm sido, como analisado, muitos e diversos.

A política externa (PE) ucraniana, com a presidência de Kravchuk era mais orientada para a Europa, estando explícito no regulamento do Parlamento ucraniano sobre a sua PE o papel da Ucrânia na estabilidade político-económica da Europa, devido à sua posição geopolítica, ao seu passado histórico, às tradições culturais, aos ricos recursos naturais, bem como ao seu potencial científico, técnico e intelectual (Verhovna Rada, 1993). No mesmo documento surge a importância da democratização da Ucrânia, sendo mencionados como tarefas essenciais da PE ucraniana o estabelecimento e o desenvolvimento da Ucrânia como um Estado independente e democrático (Verhovna Rada, 1993).

Durante estes anos, num contexto de autoritarismo semi-presidencialista com uma estrutura de poder hierarquizada, surgiram novos atores com poder de influência nos processos de tomada de decisão: os grupos oligarcas<sup>20</sup> (Freire, 2008: 6). O seu surgimento deve-se essencialmente à onda de privatizações que ocorreu naquela altura, o que levou também à corrupção, que continua a ser muito acentuada nos dias de hoje, estando a Ucrânia em 130º lugar entre 168 países, a nível de corrupção, segundo a *Transparency International* em 2015.

Nas eleições parlamentares e presidenciais de 1994, Leonid Kuchma, primeiro-ministro da Ucrânia, foi eleito presidente do país. Desde o início do seu mandato, Kuchma seguiu uma política de compromisso, claramente aproximando a Ucrânia da Rússia, mas tendo também celebrado a Parceria para a Paz com a OTAN no mesmo ano, com o objetivo de aprofundar os laços políticos e militares para a segurança na zona euro-atlântica (MNE Ucrânia, 1994).

Nos primeiros anos da presidência de Kuchma, o Ocidente começou a lidar com a Ucrânia como um Estado independente, sendo que a U.E. começou, neste período, a desenvolver as suas relações económicas com este país (Simon, 2006: 7). Assim, foi assinado, em 1994, como já foi referido anteriormente, o APC entre a U.E. e a Ucrânia, focando-se no diálogo político, nos assuntos económicos, financeiros, sociais e

---

<sup>20</sup> Os oligarcas é uma nova classe que surgiu na Ucrânia, assim como em várias Repúblicas ex-soviéticas, depois da queda da URSS, devido à onda de privatizações que ocorreu naqueles países.

económicos, bem como no apoio da U.E. na consolidação da democracia e da economia de mercado na Ucrânia (U.E., 1994: 7-8). No documento é mencionada a importância do Estado de Direito e do respeito pelos Direitos Humanos, essencialmente o direito das minorias, a criação do sistema multipartidário com eleições livres e democráticas (Verhovna Rada, 1994). O acordo em questão é assim uma base jurídica das relações U.E.-Ucrânia, que sublinha a importância da democracia e do Estado de Direito entre os seus signatários (Solonenko, 2005: 60).

Note-se que em 1998, foi emitido, pela Ucrânia, o seguinte documento: “A estratégia da Integração da Ucrânia na União Europeia”, cujo objetivo principal era tornar a Ucrânia membro da U.E. o mais rapidamente possível. Dentro das principais áreas de integração destacam-se os Direitos Humanos, tendo o primeiro capítulo o título de “A adaptação da legislação da Ucrânia de acordo com a legislação da U.E.”, que consiste em ajustar a legislação da Ucrânia segundo os parâmetros da U.E, em vários sectores (Verhovna Rada, 1998).

Um dos instrumentos de assistência financeira dado às Repúblicas do espaço pós-soviético, onde a Ucrânia se insere, pela U.E., é o programa Tacis (Solonenko, 2005: 62). No relatório final de 1998 consta que o programa é destinado a ajudar a Ucrânia na sua transição para uma economia de mercado e na sua consolidação democrática (Comissão Europeia, 1998: 1). Segundo o relatório anual de Tacis de 1998, embora tenha havido primeiro crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desde a sua independência, a Ucrânia estava frágil economicamente especialmente devido à crise económica na Rússia, com a qual tinha estreitas relações comerciais; tinha realizado progressos no estabelecimento de uma sociedade plural<sup>21</sup>. Além disso, notou-se que apesar das emendas Constitucionais em 1996, o Estado de Direito ainda era muito deficiente no país. Dessa forma, o Programa Tacis continuou a focar-se nas reformas institucionais, económicas, energéticas e do meio ambiente, bem como na execução do APC, incluindo a harmonização da legislação e as regulamentações económicas (Comissão Europeia, 1999: 45). Sendo a U.E. o maior doador

---

<sup>21</sup> As sociedades plurais podem entender-se de duas formas: a nível de constituição plural de identidades, que considera a presença de várias identidades, culturas, religiões, etnias ou raças numa só sociedade, assim como a nível político, que pressupõe a divisão de poderes (executivo, judicial e legislativo) e diferentes centros de decisão, essenciais para a existência de democracia (Sousa e Mendes, 2014: 227).

para a Ucrânia, desde a sua independência até 2006 a Ucrânia recebeu cerca de 2.4€ bilhões de ajuda financeira da U.E. (U.E., s.d.: 9).

Em 1999 Kuchma foi reeleito Presidente da Ucrânia. O primeiro-ministro nomeado foi Viktor Yushchenko. Durante o seu segundo mandato, em 2000, foi desenvolvido um Programa de Integração da Ucrânia na U.E. que tinha por objetivo tornar-se o principal instrumento de aproximação da Ucrânia à U.E. em vários níveis, nomeadamente político, social, económico, comercial, financeiro, científico, educacional, cultural, entre outros (Verhovna Rada, 2000). Sem dúvida que o primeiro objetivo que a Ucrânia pretendia alcançar de acordo com os Critérios de Copenhaga de 1993 era a democracia e o Estado de Direito, em particular o desenvolvimento do sistema judicial ucraniano e da área legislativa (Verhovna Rada, 2000). Durante a presidência de Kuchma (1994-2004) o sistema de governação na Ucrânia foi presidencial, e tal como na Rússia, o poder estava concentrado no presidente, assim como o poder judicial, uma vez que Kuchma tinha o poder de nomear juizes e administradores de vários tribunais (Kubicek, 2009: 236).

Durante o seu segundo mandato, em 2000, Kuchma esteve envolvido num dos casos mais polémicos da Ucrânia – o caso Gongadze, que envolve a ligação do presidente à morte de um jornalista, fundador do site *Ukrainska Pravda* (Verdade Ucraniana), e um grande crítico do regime corrupto de Kuchma (BBC, 2011).

O assassinato do jornalista levou a uma onda de mobilização na Ucrânia, com manifestações de massas contra o presidente Kuchma e a várias tentativas de organizar um referendo nacional sobre a sua demissão (Sakwa, 2015: 51). O assassinato do jornalista pôs à prova a unidade nacional ucraniana, uma vez que a mesma se dividiu entre os apoiantes e os opositores de Kuchma: os ucranianos orientais continuavam a apoiar o presidente, enquanto os ocidentais e centrais começaram a apoiar o primeiro-ministro Yushchenko (Kuzio, 2012: 433).

Antes de a U.E. ter vivido o maior alargamento da sua história em 2004<sup>22</sup>, Romano Prodi, Presidente da Comissão Europeia da altura, proferiu a frase que marcou as relações da U.E. com os seus vizinhos: “sharing everything with EU but institutions”

---

<sup>22</sup> Com a adesão de dez países: Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslovénia e Eslováquia.

(Comissão Europeia, 2002). Não só a definição do “vizinho” tomou outro significado, uma vez que o alargamento abrangeu vários países que antes da adesão eram vizinhos da U.E., como surgiu uma nova forma de relação com estes países, que não incluía a adesão, mas sim uma relação mais próxima sem ser membro da U.E., para manter a zona estável.

Contudo, no verão de 2004, a administração de Kuchma rejeitou oficialmente o objetivo de adesão da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à U.E. (Simon, 2006: 7), afastando a Ucrânia da U.E., devido especialmente à venda de radares para o Iraque de Saddam Hussein em 2000 (Kuzio, 2005b: 187).

### **3.2. A Revolução Laranja<sup>23</sup>: a Ucrânia entre a União Europeia e a Rússia**

A Revolução Laranja, que ocorreu em 2004, na Ucrânia, foi um sinal de desejo de mudança no país. A mobilização dos cidadãos às ruas, depois de anos de semi-presidencialismo corrupto e pouco democrático de Kuchma, exigia mudanças, bem como maior aproximação da Ucrânia à U.E.. Até certo ponto, a Revolução Laranja foi a segunda etapa histórica na onda de transformação da Europa Oriental desde a década de 1990 (Stepanenko, 2005: 603).

A Revolução Laranja foi orientada contra o regime semi-presidencial autoritário de Kuchma e os grupos oligárquicos, que durante os dez anos da sua presidência não levaram a Ucrânia à democratização (Simon, 2006: 6). A revolução foi possível devido à existência da oposição, que se conseguiu organizar e consolidar ao longo dos anos independentemente do caráter autoritário semi-presidencialista do regime ucraniano (Freire, 2006: 53), liderada pelo Bloco de Tymoshenko e o Partido Nossa Ucrânia de Yushchenko.<sup>24</sup> Os princípios fundamentais destes dois blocos eram essencialmente reaproximar a Ucrânia da U.E., e lutar contra a corrupção no país, tendo por base os princípios democráticos como enunciados nos acordos com a U.E..

---

<sup>23</sup> A cor laranja da Revolução ucraniana que ocorreu entre o ano de 2004 e de 2005 deve-se ao facto de ser a cor do partido do principal líder de oposição e candidato às eleições presidenciais de 2004 Viktor Yushchenko, que os manifestantes vieram apoiar à Praça de Independência, em Kiev.

<sup>24</sup> Ver Anexo III.



Ainda em 2000, durante o caso “Gongadze”, o escândalo sobre a morte de um jornalista de oposição anteriormente descrito, o movimento “Nossa Ucrânia” exigia a demissão do Presidente Kuchma e a realização de novas eleições, uma vez que as investigações eram pouco precisas (Freire, 2006: 53), aprofundando-se apenas em 2004 sob a presidência de Viktor Yushchenko, que acusava o Presidente anterior de encobrir o caso (Kupchinsky, 2005). Ou seja, embora tenha havido um retrocesso na consolidação democrática na Ucrânia, a existência de oposição, bem como as suas exigências, foram essenciais na medida em que são mais um elemento-chave na consolidação democrática, fornecendo poder de escolha aos cidadãos.

As revoluções exigem certamente mudanças, sobretudo estruturais, e foi o que aconteceu com a Ucrânia, com o afastamento do poder de Kuchma, que presidia o país já há dez anos, e com a consequente anulação de diversas práticas e políticas pouco democráticas (Freire, 2006: 55). Por isso, para Stepanenko (2005: 614), a Revolução Laranja simbolizou a mudança e a esperança dos cidadãos ucranianos num rumo político diferente, onde princípios democráticos de transparência e participação pudessem assumir um lugar central. O partido Nossa Ucrânia teve imenso sucesso nas eleições parlamentares de 2002, obtendo a votação mais alta – 23,57% (Laboratoriya Zakonodavchuh Inicativ, 2002), e refletindo esta vontade. Embora Yushchenko tenha mantido relações com a Rússia, o seu principal objetivo era o de consolidar a democracia e economia de mercado através das relações com a U.E. (Karatnysky, 2005: 50).

A Revolução Laranja foi vista pelo espaço ex-soviético como uma forma de “manufaturar democracia” naqueles países, com a ajuda dos apoios financeiros e utilizando para tal as organizações internacionais, nomeadamente a OSCE e ONG’s como a *Freedom House*, entre outras (Herd, 2005: 4). Para a Rússia, as revoluções coloridas da Geórgia em 2003 e da Ucrânia em 2004, bem como as contínuas expansões da OTAN e da U.E. para a sua área de influência significaram ser uma forma de reduzir o seu poder naquela região, começando esta com uma política de contenção, iniciando uma série de “guerras de gás” com a Ucrânia (Simão, 2011: 88-89). Isto é, o gás natural russo, que não só abastece a Ucrânia como alguns países da U.E. começou a ser usado como ferramenta de disputa por parte da Rússia, mostrando o seu potencial e a relevância naquela região. Por exemplo, a “guerra do gás”, que começou em 2006, traduziu-se numa elevada subida do preço do gás que a Ucrânia recusou em pagar, o que levou à suspensão dos abastecimentos, afetando

igualmente alguns países da U.E. que dependem do gás russo que atravessa a Ucrânia (Milhazes, 2006).

Contudo, e apesar de a Revolução Laranja ter sido marcada pela vontade de mudança e de esperança de melhorias, para Paul D’Anieri (2005: 82) esta não foi uma garantia para a consolidação de uma democracia liberal no país, uma vez que a base institucional para o funcionamento deste regime ainda não estava completa. Contrariamente às aspirações ucranianas, a U.E. recusou-se expressamente em tratar a Ucrânia como potencial membro da organização, o que gerou um sentimento de desilusão no governo laranja, uma vez que Bruxelas continuava a invocar a necessidade de reformas no país, enquanto a Ucrânia usava essencialmente argumentos históricos e geográficas para uma possível adesão (Ferreira-Pereira *et al.*, 2014: 504).

De acordo com Rustow, a fase preparatória para a transição democrática de um país é um dos elementos mais importantes, caracterizado pelas lutas políticas prolongadas, em que surge uma nova elite (1970: 352-361). Vemos que o caso da Ucrânia encaixa nesta lógica de transição para a democracia, uma vez que passa pela Revolução Laranja como luta política por um regime mais justo, de boa-governança e democrático. Além disso, surge uma nova elite, ao longo dos anos da independência da Ucrânia: os grupos oligarcas que começaram a ter influência cada vez maior nas tomadas de decisão do país. Surge ainda a oposição, que durante as manifestações conseguiu mostrar o seu poder de influência no movimento das massas às ruas, encabeçados por Yuliya Tymoshenko e Viktor Yushchenko.

Relativamente à política externa pós-revolução Laranja, esta foi marcada por grandes mudanças, nomeadamente de aproximação da Ucrânia ao Ocidente – Estados Unidos da América e a U.E., assinalada essencialmente pela sua vontade de fazer parte da OTAN, e integração na OMC em 2008 (D’Anieri, 2005: 83), bem como do desejo de aderir à U.E.. Segundo Taras Kuzio, as eleições presidenciais em 2004 foram um “choque de civilizações” entre a cultura política europeia e a euroasiática, uma vez que a escolha entre os dois maiores candidatos (Yanukovych pró-russo e Yushchenko pró-europeu) revelava as suas divergências em política externa, sendo que as eleições representavam então, também, uma escolha geopolítica da Ucrânia (2005: 39).

Todavia, as potências ocidentais têm deixado claro que a integração da Ucrânia nas estruturas ocidentais anteriormente mencionadas não depende somente da sua política externa, mas essencialmente das suas políticas domésticas, que se encontram instáveis (D'Anieri, 2005: 91). E apesar de a aproximação da Ucrânia ao Ocidente ser muito valorizada, as suas relações com a Rússia continuam a ser um pilar forte na construção da Ucrânia (Freire, 2009: 233). Esta dimensão multivetorial foi marcante nas políticas do país desde 1991.

Uma vez que Yushchenko procurou reaproximar a Ucrânia da U.E., as relações com a Rússia deterioraram-se. Como já analisado, a Ucrânia dificilmente consegue manter uma boa relação de vizinhança com a U.E. e Moscovo simultaneamente, procurando sempre compromissos nem sempre fáceis de gerir. Em 2009, o presidente russo Dmitri Medvedev, condenou a vontade ucraniana de aderir à OTAN, referindo que esta seria uma ameaça à segurança da Rússia, chamando esta política “anti-russa” (Pravda, 2009).

O documento estratégico da U.E. relativamente à Ucrânia no período entre 2007 e 2013 afirma que, desde a Revolução Laranja, a Ucrânia tem realizado uma agenda de reformas democráticas e de economia de mercado, aproximando-a mais da U.E. (U.E., s.d.), ainda que a parceria entre a U.E. e a Ucrânia seja destinada a promover a transição da Ucrânia para a democracia plena e economia de mercado, sendo que o objetivo da PEV é compartilhar a estabilidade, a segurança e a prosperidade com os seus vizinhos, como forma distinta de aderir à U.E..

A Revolução Laranja foi assim uma revolução democrática (Kuzio, 2005a: 42), uma vez que foi pelos valores democráticos, esquecidos durante a presidência de Kuchma. Durante os anos de presidência de Yushchenko, desde 2005 até 2010, a *Freedom House* considerou a Ucrânia como um país “livre”, o que se alterou em 2011, após a eleição de um novo presidente em 2010, Viktor Yanukovich, que assume uma linha política diferente do seu antecessor, passando o país a ser considerado como “parcialmente livre”. Questões relacionadas com corrupção e limitações à oposição e liberdade de imprensa foram sendo referenciadas como as mais relevantes, como veremos adiante.

### 3.3. Da Revolução *Euromaidan* à anexação da Crimeia

A Revolução mais agitada e mais marcante depois da colorida começou em 2013, com algumas das características semelhantes à Revolução Laranja. O contexto em que a mesma se insere é fundamental para entender os seus objetivos. Como já foi mencionado anteriormente, o Conselho da U.E. tinha salientado em 2012 que o AA seria assinado entre ambas as partes caso a Ucrânia mostrasse progressos significativos nas eleições parlamentares de 2012 de acordo com as normas internacionais, na justiça seletiva, relacionada essencialmente com o caso de Tymoshenko e avançasse na implementação das reformas mencionadas no Programa de Associação<sup>25</sup> (Conselho da U.E., 2012). Isto é, as exigências da U.E. perante a prisão de Tymoshenko demonstraram que o AA foi usado como um trunfo nas relações e o poder hierárquico da U.E. perante este país (Kropatcheva, 2014: 5).

Viktor Yanukovich, desde logo optou por uma política de aproximação à Rússia, assinando um Acordo com Moscovo, permitindo a esta última manter a Frota do Mar Negro no porto da Crimeia e de Sevastopol até 2042 (Valasek, 2011: 1). Além disso, as relações U.E.-Ucrânia deterioraram-se com a detenção da antiga primeira-ministra ucraniana, e líder de oposição, Yuliya Tymoshenko, em 2011. Tymoshenko foi condenada a “sete anos de prisão por abuso de poder no momento de assinatura do tratado de fornecimento de gás com a Rússia” além de que ficou por pagar à empresa estatal ucraniana *Naftogaz* 150.000 euros (Vieira e Melo, 2013: 139).

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos pronunciou-se sobre o caso, alegando que a detenção da Tymoshenko foi uma “decisão arbitrária” que violou os artigos 5º e 18º<sup>26</sup> da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (ECHR, 2013). Da mesma forma, a U.E.

---

<sup>25</sup> São reformas de cariz político, ou seja, na área de justiça, de Estado de Direito e respeito pelos Direitos Humanos, transparência, na luta contra a corrupção e no aumento da participação dos cidadãos nas decisões políticas da Ucrânia (Comissão Europeia, 2010: 3).

<sup>26</sup> O artigo 5º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos refere-se ao direito à liberdade e à segurança, enquanto o artigo 18º menciona que as restrições feitas na Convenção só podem ser aplicadas para os fins que foram denunciados (<sup>26</sup> O artigo 5º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos refere-se ao direito à liberdade e à segurança, enquanto o artigo 18º menciona que as restrições feitas na Convenção só podem ser aplicadas para os fins que foram denunciados (Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e Conselho da Europa, 1950).

no Documento de Trabalho da implementação da PEV na Ucrânia (Comissão Europeia, 2012: 2) salientou que houve deterioração na área da democracia e Direitos Humanos, devido a justiça seletiva, especialmente observada no caso da Tymoshenko. A U.E. salientou, mais uma vez, que o respeito pelos valores comuns e pelo Estado de Direito são essenciais para a associação política e integração económica entre a U.E. e a Ucrânia, nomeadamente no que respeita ao Acordo de Associação e à sua implementação (Comissão Europeia, 2012: 2). Numa conferência de imprensa a 2 de julho de 2013, Stefan Fule, o responsável pelo Alargamento e pela PEV e Mykola Azarov, primeiro-ministro ucraniano, discutiram as relações U.E.-Ucrânia e a assinatura do AA. Azarov acabou por mencionar que a Ucrânia estava preparada para o restabelecimento das relações entre as partes, afirmando que a Ucrânia cumpriu quase todas as condições para a assinatura do acordo, enquanto Stefan Fule frisou que a U.E. assinaria o acordo somente se houvesse progressos em três áreas em especial: na justiça seletiva, nas eleições e nas reformas (Comissão Europeia, 2013).

Segundo o *European Integration Index 2013 for Eastern Partnership*<sup>27</sup>, a democracia da Ucrânia continuou a deteriorar-se, devido a vários fatores, identificando os mesmos elementos, tais como: a justiça seletiva, a prisão dos principais líderes políticos de oposição – Yuliya Tymoshenko e Yuri Lutsenko; as limitações da liberdade de imprensa; e a crescente corrupção e falta de transparência (Kvashuk *et al.*, 2013: 8). Além disso, é mencionado no mesmo documento que as relações entre a U.E. e a Ucrânia se degeneraram visivelmente com o presidente Viktor Yanukovych, essencialmente devido à sua política de perseguição à oposição (Kvashuk *et al.*, 2013: 44). Devido a toda esta deterioração democrática no país, a Ucrânia passou a perder a sua relevância na PO, cedendo o lugar à Moldova que, após as mudanças de governo em 2009, assumiu uma política de reformas democráticas e integração com a U.E. (Vieira e Melo, 2013: 138). A presidência de Yanukovych foi assim um retrocesso na democracia da Ucrânia e um retorno às políticas repressivas (Kuzio, 2015: 10).

Antes da assinatura do Acordo de Associação na Cimeira de Vilnius, a Ucrânia anunciou a suspensão da preparação do mesmo entre a Ucrânia e a U.E. a fim de tomar

---

<sup>27</sup> Segundo a U.E., esta é uma ferramenta de monitoramento da sociedade civil, que serve como velocímetro da integração europeia dos países que fazem parte da Parceria Oriental (U.E., 2013: 12).

medidas para garantir a segurança nacional da Ucrânia, bem como recuperar as relações comerciais com a Rússia e com os países da CEI (Azarov, 2013). De acordo com Szeptycki, três fatores desempenham um papel relevante nesta decisão: primeiramente o facto do AA não propor nenhuma medida *ad hoc* para ajudar a Ucrânia a lidar com a crise económica que atravessava; em segundo lugar, a posição negativa da Rússia face ao acordo; e, por último, os líderes políticos não estavam direccionados para a “europeização” da Ucrânia, por ter efeitos negativos no seu estado político e económico (2014: 6).

A Revolução da Dignidade, como é igualmente intitulada a *Euromaidan*, começou com o início da Cimeira de Vilnius dentro da Parceria Oriental, em que deveria ser assinado o acordo de Associação entre a Ucrânia e a U.E.<sup>28</sup>. Contudo, pode-se afirmar que tanto a Revolução Laranja como a de *Euromaidan* foram causadas por fatores internos e com aspirações de construir um país capaz de beneficiar a sua população (Yekelchik, 2015: 86-87), proporcionando-lhe uma vida estável e de bem-estar.

Portanto, os protestos iniciaram-se em novembro, depois de presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich ter proferido que a Ucrânia não assinaria o Acordo com a U.E. sem “condições normais” para isso e sem a presença da Rússia nas negociações (BBC, 2013). Ou seja, a 21 de novembro, depois do discurso do presidente sobre a sua recusa em assinar o acordo em questão, Mustafa Nayyem, um jornalista ucraniano, chamou na rede social *Facebook* a população a juntar-se na praça de *Maidan* para os protestos contra esta decisão (Sakwa, 2015: 81). Na mesma noite os manifestantes, compostos maioritariamente por estudantes universitários, foram brutalmente agredidos pela força policial *Berkut*, o que fez a população sair às ruas não pela assinatura do AA, mas sim pelo derrube do regime de Yanukovich e pela punição dos responsáveis pela agressão na noite de 28 a 29 de novembro de 2013 (Szeptycki, 2014: 6).

Por isso, é importante referir que a razão que posteriormente levou ao derrube do presidente Viktor Yanukovich não tinha tanto a ver com a não assinatura do AA entre a U.E. e a Ucrânia, mas sim com uma noite violenta, em que muitos jovens e alguns jornalistas que saíram às ruas de Kiev a favor da assinatura do AA foram brutalmente

---

<sup>28</sup> O Acordo de Associação entre a U.E. e a Ucrânia visa aprofundar as relações políticas, económicas e comerciais entre as partes, bem como criar uma Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundada. O mesmo foi ratificado pelo Parlamento Europeu e pela Ucrânia a 16 de setembro de 2014 (Parlamento Europeu, 2014) sob a presidência de Petro Poroshenko.

agredidos na Praça da Independência (Samokhvalov, 2015: 1374). Segundo os dados do Instituto Internacional de Sociologia de Kiev (IISK) de 2014, as três maiores razões que levaram a população a sair às ruas foram as seguintes: cerca de 70% dos inquiridos respondeu “a repressão brutal contra os manifestantes”; a segunda maior razão foi “a recusa de Viktor Yanykovich em assinar o AA com a U.E.” com cerca de 55% de respostas e, em terceiro lugar, “o desejo de mudar a vida na Ucrânia” com cerca de 50% de respostas (IISK, 2014). Mas é interessante verificar que muitos dos inquiridos (cerca de 20%) responderam que saíram às ruas devido às restrições democráticas na Ucrânia e às ameaças de ditadura, bem como devido ao perigo de a Ucrânia aderir à União Aduaneira e maior aproximação à Rússia (IISK, 2014).

Como já foi mencionado anteriormente, o AA é um dos instrumentos da PO da U.E.. Segundo Elena Kropatcheva (2014: 9) toda esta situação com o AA entre a U.E. e a Ucrânia veio a demonstrar a ineficiência e o fracasso dessa política da União.

Por outro lado, a Rússia criou, em 2010, a União Económica da Eurásia (UEE)<sup>29</sup> que afeta os resultados da PO da U.E. (Kasciunas e Sukytè, 2013), uma vez que inclui alguns dos países que fazem parte da PO: a Arménia e a Bielorrússia. Os objetivos destas duas políticas são igualmente muito idênticas, sendo que o da UEE é o de modernização, cooperação e aumento da competitividade das economias envolvidas, bem como a criação de condições para o desenvolvimento sustentável a fim de melhorar as condições de vida daquela população (UEE, s.d.) e os da PO são apoiar a cooperação regional e reforçar as relações da U.E. com os seus vizinhos de Leste na sequência do conflito na Geórgia em 2008 (Conselho Europeu, 2015).

Portanto as manifestações na praça *Maidan* não foram somente para demonstrar a indignação da população com a não assinatura do acordo, como também foram uma forma de terminar aquilo que começou na Revolução Laranja: tornar a Ucrânia um país mais europeu e, dessa forma, mais democrático. Isto é, as manifestações pretendiam aproximar a Ucrânia à U.E., nomeadamente aos seus valores, com um compromisso com as reformas institucionais, assim como o combate à corrupção, às desigualdades socioeconómicas, ao abuso de poder, bem como às constantes violações de Direitos Humanos (Dias, 2015: 45),

---

<sup>29</sup> Os países que fazem parte da UEE são: Arménia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, e a Federação Russa (UEE, s.d.).

que ocorreram durante a presidência de Yanukovich. A população saiu às ruas num inverno gelado, como aconteceu na Revolução Laranja, mas desta vez o *slogan* que as pessoas manifestavam nos cartazes era “A Ucrânia é a Europa”, autoidentificando a Ucrânia como parte da Europa, e que, por isso, deveria seguir os valores europeus.

A revolução intitulada de *Euromaidan*<sup>30</sup> foi descrita por Samokhvalov (2015: 1374) como uma escolha civilizacional, na medida em que representou a escolha dos valores europeus e democráticos dos manifestantes ucranianos, em contraposição ao autoritarismo russo.

Além disso, os protestos na praça de *Maidan* significaram igualmente a luta daqueles contra o passado comunista, o que se verificou, por exemplo, com a destruição de várias estátuas de Lenine pela Ucrânia (Ryabchuk, 2014: 129), como uma forma de romper com o passado autoritário.

A revolução terminou com a eleição de presidente Petro Poroshenko em 2014, que acabou por assinar o AA com a U.E.<sup>31</sup>, o que demonstra a realização de um dos objetivos da *Euromaidan* (Szeptycki, 2014). Desde o início do seu mandato, em 2014, Poroshenko tem vindo a reiterar a relevância das boas relações entre a U.E. e a Ucrânia, o que não só é evidenciado nos seus discursos, como no documento *Стратегія 2020* (Estratégia 2020) que tem por objetivo essencial pedir a adesão da Ucrânia na União em 2020, através de uma série de reformas políticas, sociais e económicas (Poroshenko, 2014). Segundo Jon C. Pevehouse (s.d.: 3) as elites nacionais podem usar a adesão ou associação a organizações regionais para uma maior consolidação democrática, uma vez que isso as obriga a respeitar as regras da organização através de incentivos.

Por outro lado, pode-se afirmar que embora a Ucrânia seja um país ainda com muitas falhas a nível democrático, devido à corrupção, às desigualdades sociais, ao controlo dos *media*, entre outros, tem uma liberdade de expressão e de organização que permite à população exigir eleições antecipadas.

---

<sup>30</sup> É uma junção de duas palavras: Europa, que mostra a escolha pró-europeia dos manifestantes, e *Maidan*, local onde ocorreram as manifestações, em Kiev.

<sup>31</sup> Ver Anexo IV.



### 3.4. A anexação<sup>32</sup> da Crimeia

A península de Crimeia fez parte do império russo, da União Soviética, e somente em 1954 o território passou para a jurisdição da Ucrânia, embora a decisão tenha sido amplamente contestada por a Crimeia ser constituída maioritariamente por população russa<sup>33</sup> (Sakwa, 2015: 13) e em 1991 o referendo tornou a península da Crimeia uma república autónoma (Kuzio, 2015: 267). Todavia, segundo a Rússia, a Crimeia foi “oferecida” à Ucrânia pelo presidente russo Nikita Khrushchev, o que desde sempre foi amplamente criticado e contestado por russos e pela maioria da população daquela península (RT, 2014).

Embora a Crimeia tenha sido sempre habitada por russos étnicos<sup>34</sup>, foi precisamente durante a agitação em Kiev, em 2013, que a população daquela península optou por se manifestar em favor da Rússia. Enquanto na Ucrânia continental os protestos eram pró-europeus, na Crimeia eram pró-russos, utilizando os mesmos argumentos de identidade que na praça de *Maidan*.

Uma semana após a fuga do país do presidente Yanukovich, na noite de 22 para 23 de fevereiro de 2014, uns soldados não identificados<sup>35</sup> (homens verdes<sup>36</sup>) tomaram o poder do parlamento da Crimeia, o seu Conselho de Ministros, levantaram a bandeira russa, bem como instalaram um primeiro-ministro russo naquela região (Shevtsova *et al.*, 2014: 17).

---

<sup>32</sup> O termo anexação, no caso da Crimeia, é maioritariamente usado por países Ocidentais, enquanto a Rússia utiliza o termo “reintegração”. Uma vez que o referendo da Crimeia e a sua posterior “reintegração” à Rússia violaram o direito internacional, optei por utilizar o termo anexação para me referir ao caso.

<sup>33</sup> Note-se que segundo o censo de 2001, 77% da população da Crimeia era registada como russos-nativos (Sakwa, 2015: 13), o que fazia com que a identidade da Crimeia fosse dividida entre a russa, a ucraniana e ainda a tártara.

<sup>34</sup> Ver Anexo V.

<sup>35</sup> Ver Anexo VI.

<sup>36</sup> Nome dado aos soldados que não tinham emblema do seu país.

A queda de Yanukovich foi, portanto, um pretexto para a interferência russa nos assuntos internos da Ucrânia e para a violação da sua soberania, assumindo o controlo sobre a península de Crimeia (Shevtsova *et al.*, 2014: 19).

Face aos acontecimentos, a U.E. condenou a violação da soberania da Ucrânia e da sua integridade territorial por parte das forças armadas russas (Ação Externa da U.E., s.d. a). Na verdade, a Rússia foi sempre contra a adesão da Ucrânia à OTAN, às políticas de vizinhança da U.E., nomeadamente à PO, bem como ao alargamento da U.E. aos países da CEI (Kuzio, 2015: 100), uma vez que vê estes incidentes como uma ameaça à sua segurança e interferência destas organizações na zona da sua influência.

A 16 de março de 2014 foi realizado um referendo na península de Crimeia<sup>37</sup>, que foi posteriormente reconhecido por Moscovo, alegando Putin a “soberania e a independência daquele Estado” durante a assinatura de um decreto “sobre o reconhecimento da República da Crimeia” (Ukrainskaya Pravda, 2014). Segundo os dados da *Transparency International* (2014: 2), o único país a reconhecer o referendo foi a Rússia, sendo que as organizações como a OTAN, OSCE, os líderes do G-7<sup>38</sup>, os EUA, os 28 Estados-Membros da U.E., o Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como a Comissão de Veneza do Conselho da Europa definiram o referendo como sendo não legítimo. Segundo Putin, o referendo foi realizado em conformidade com os procedimentos democráticos e as normas internacionais (Putin, 2014) o que demonstra mais uma vez a complexidade do conceito de democracia e a sua múltipla interpretação.

Segundo Putin, a Rússia está disposta a proteger os interesses dos cidadãos de língua russa que vivem na Ucrânia através dos meios políticos, diplomáticos e legais (Putin, 2014), pelo que usa este argumento como forma de interferência nos assuntos internos da Ucrânia.

Como seria de esperar, a anexação da Crimeia teve impactos internacionais, nomeadamente na U.E., que desde logo condenou veementemente a anexação ilegal da Crimeia pela Federação Russa (Ação Externa da U.E., s.d. a, Jornal Oficial da U.E., 2014b), através de sanções económicas. Além disso, a cimeira U.E.-Rússia foi cancelada, e

---

<sup>37</sup> Ver Anexo VII.

<sup>38</sup> São eles: o Canadá, a França, a Alemanha, a Itália, o Japão, o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

a cimeira do G8 em Sochi foi substituída por uma reunião G7 em Bruxelas, sem a participação da Rússia (Conselho da União Europeia, 2016). A Rússia passou a ser vista como um Estado agressor, desestabilizador regional e irresponsável na gestão de crises internacionais, o que colocou em causa a sua posição internacional, regional e mesmo nacional (Simão, 2016: 498-499).

Certamente, a anexação da Crimeia demonstrou que a Rússia tem um grande poder de influência nos países que fazem parte da PO, mesmo um “poder de veto informal”, o que foi ainda observado depois da rejeição de Yanukovych em assinar o AA com a U.E. (Kasčiūnas *et al.*, s.d.: 78).

Neste sentido, de acordo com a lógica Russa, os Estados que fazem parte da PO devem aceitar o seu estatuto de “zona tampão” (Kasčiūnas *et al.*, s.d.: 78), ou seja, estes devem manter-se neutros relativamente às políticas ocidentais, e desta maneira não aderir às organizações ocidentais e projetos europeus.

O caso da Crimeia veio a demonstrar igualmente que os mecanismos através dos quais a U.E. pretende manter o continente europeu uma região estável e segura tem falhas perigosas. Sendo o objetivo da PEV promover estabilidade, segurança e prosperidade da região envolvida e dos países que fazem fronteira com a U.E. (Comissão Europeia, 2015a; 2015b), pode-se concluir que o mesmo não atingiu os seus objetivos e que a U.E. não conseguiu manter a sua zona de vizinhança nem estável, nem segura, nem próspera. Enquanto isso, a anexação da Crimeia veio a demonstrar, mais uma vez, o poder de influência da Rússia no espaço pós-soviético, especialmente na Ucrânia, que se transformou de *soft power* a *hard power*<sup>39</sup>.

### **3.4. Notas conclusivas**

Desde a sua independência, em 1991, a Ucrânia viveu duas revoluções que marcaram a sua escolha pró-europeia: a Revolução Laranja, em 2004, e a *Euromaidan* em

---

<sup>39</sup> Poder baseado em estímulos ou ameaças para obrigar os outros a fazer o que pretendemos (Sousa e Mendes, 2014: 187).

2013. Estas três fases históricas, analisadas ao longo do capítulo, são igualmente importantes, uma vez que demonstram que o processo de consolidação democrática na Ucrânia não é apenas influenciado por atores internos, nomeadamente líderes políticos, como também por atores externos, nomeadamente a U.E..

O primeiro período analisado foi o da independência da Ucrânia em 1991. Neste ano, a Ucrânia não só realizou um referendo relativamente à sua independência, como também eleições presidenciais, em que o presidente eleito foi Leonid Kravchuk. Chamando a Ucrânia de Estado democrático, Kravchuk desde o início do seu mandato manteve relações de proximidade com a U.E., com o objetivo de fazer da Ucrânia um país com valores europeus e democráticos. Todavia, as relações com a Rússia foram mantidas, pois continuava a ser um país estratégico e importante a nível económico e comercial para a Ucrânia.

Este foi um período relevante para a construção da identidade ucraniana, e embora o país seja composto por várias nacionalidades e etnias, foram realizados esforços para que houvesse uma unidade nacional. As eleições presidenciais em 1994 levaram à presidência Leonid Kuchma, que permitiu a formação de grupos oligárquicos com grande poder não só a nível económico, como também com grande influência nos processos de decisão a nível político (Freire, 2006: 49). Além disso, a corrupção no país cresceu de uma forma exorbitante e Kuchma foi acusado de estar envolvido na morte do jornalista Gongadze.

Foi precisamente este fator, o semi-presidencialismo hierárquico de poder, que levou a população indignar-se e sair às ruas em protesto em 2004. Deste modo, o segundo período temporal que foi analisado refere-se à Revolução Laranja. O apoio ao candidato Viktor Yushenko era sinal de vontade de mudança no país, bem como de reaproximação da Ucrânia à U.E., que durante a presidência de Kuchma foi negligenciada. Esta foi uma revolução pelos valores democráticos, anti-corrupção e anti-oligarquia. Assim, ao longo da presidência de Yushenko, que foi eleito em 2004, a Ucrânia reconciliou as suas relações com a U.E., embora as relações com a Rússia não tenham sido congeladas.

Por fim, foi analisada a revolução de 2013, que teve na sua origem a rejeição do presidente Yanukovich em assinar o Acordo de Associação com a U.E.. Rapidamente a indignação passou para uma luta contra a corrupção e autoritarismo, com o objetivo de derrubar o governo. No entanto, as manifestações pró-europeias que ocorreram

essencialmente em Kiev e em algumas cidades ocidentais levaram à divisão da Ucrânia entre os pró-europeus e os pró-russos. Foi precisamente devido às divergências da sociedade ucraniana que a Rússia encontrou espaço para realizar um referendo ilegal na península de Crimeia e a sua posterior anexação.

Ao longo deste capítulo foi pretendido testar as seguintes hipóteses: A primeira prende-se com o facto de se a Ucrânia se baseia nos critérios de Copenhaga da U.E. na sua política interna, então a U.E. tem influência no processo de democratização na Ucrânia. Neste caso, a hipótese confirma-se, na medida em que as relações entre a U.E. e a Ucrânia são essencialmente baseadas nos Critérios de Copenhaga de 1993 que são mencionados especialmente quando a Ucrânia tem um líder pró-europeu. Por outro lado, quando a presidência é de um líder pró-russo, as relações com a U.E. deterioram-se e a consolidação democrática sofre de degeneração.

A segunda hipótese tem como objetivo perceber se a Ucrânia participa na PEV e na PO, então a Ucrânia tem objetivo de consolidar a sua democracia baseando-se nos critérios da U.E. Esta hipótese foi igualmente confirmada, uma vez que, como se verificou, a PEV e a PO utilizam os mesmos critérios que os de adesão (Critérios de Copenhaga de 1993), nomeadamente o Estado de Direito, respeito pelos Direitos Humanos, democracia, entre outros. Assim, a Ucrânia, ao participar nestes dois projetos, *a priori* aceita os seus critérios e tem os mesmos em consideração para a sua consolidação democrática.

## **4. Análise das eleições e direitos das minorias na Ucrânia**

O respeito pelos Direitos Humanos é, sem dúvida, um pilar essencial de consolidação democrática. Todavia, o termo “Direitos Humanos” é demasiado abrangente, pois engloba direitos de diferentes naturezas, políticos, sociais, económicos. Uma vez que o respeito pelos direitos das minorias está especificado nos critérios de Copenhaga de 1993, optou-se por fazer uma análise, embora breve, do respeito dos mesmos pela Ucrânia a fim de averiguar a importância dada pela Ucrânia às minorias que residem no país.

As eleições livres e justas são uma parte integrante de um regime democrático, pois expressam de forma mais clara a vontade do povo. Além disso, as eleições são cruciais para saber se o governo que está no poder representa a maioria da sua população (Linz e Stepan, 1996: 71). Além disso, sem as eleições, atores que tiveram um papel central no derrube do antigo regime, dificilmente conseguem emergir e afirmar que têm mandato democrático (Linz e Stepan, 1996: 71). Com o objetivo de completar o capítulo 4. dedicado à análise do processo de consolidação democrática na Ucrânia, será aqui exposta uma breve análise dos direitos das minorias e das eleições presidenciais<sup>40</sup> que ocorreram na Ucrânia desde a sua independência. Pretende-se verificar se a Ucrânia tem cumprido, desde então, com os princípios a realização de eleições livres e justas.

### **4. 1. Direitos das minorias nacionais**

O Acordo de Parceria e Cooperação assinado entre a U.E., os seus Estados-membros e a Ucrânia assinado em 1994 refere desde logo, no artigo 6º, que as partes esforçar-se-ão em cooperar em várias áreas de reforço à estabilidade e de segurança na Europa, em que o respeito e a promoção dos Direitos Humanos, especialmente das minorias (U.E., 1994: 11). No entanto, já em 1991 foi adotada a Declaração sobre os Direitos das Nacionalidades na Ucrânia, tendo em conta cerca de 100 nacionalidades

---

<sup>40</sup> A análise exclui as eleições parlamentares, face a um sistema político fortemente assente no papel do presidente.

diferentes que fazem parte da Ucrânia. O documento refere a igualdade de direitos políticos, económicos, sociais e culturais (artigo 1º), o direito ao uso da sua língua nativa em todas as áreas de vida social (artigo 3º), bem como o direito de praticar a sua religião (artigo 4º) (Verhovna Rada, 1991a). A Declaração é composta por 7 artigos.

Um ano mais tarde, em 1992 em seguimento da Declaração anteriormente mencionada, a Ucrânia adotou uma lei sobre as minorias nacionais no país, com o objetivo de garantir às minorias nacionais o direito ao livre desenvolvimento (Verhovna Rada, 1992). A Declaração é composta por 19 artigos.

Além disso, em 2003, Kuchma ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias<sup>41</sup>, que foi assinada ainda em 1992. Todavia, as disposições da Carta aplicam-se apenas às seguintes línguas das minorias nacionais na Ucrânia: Bielorruso, Búlgaro, Gagauz, Grego, Tártaro da Crimeia, Moldavo, Alemão, Polonês, Russo, Romeno, Eslovaco e Húngaro (Kuchma, 2003).

A análise da evolução dos direitos das minorias neste trabalho é imprescindível não só porque é uma parte indispensável dos Direitos Humanos que os Estados democráticos devem garantir, como também trata de um dos critérios mencionados nos Critérios de Copenhaga de 1993.

Segundo o censo de 2001, russos étnicos compunham aproximadamente 17,3% da população da Ucrânia, bielorrussos cerca de 0,57%, moldavos cerca de 0,54%, romenos proximamente 0,31%, cerca de 0,51% eram tártaros da Crimeia, 0,42% eram búlgaros, 0,3% húngaros assim como de polacos, 0,21% eram judeus, 0,19% eram gregos, 0,1% eram ciganos, entre outros (INEE, s.d.). Esta diversidade étnica tem caracterizado a Ucrânia ao longo dos tempos, sendo que a maioria russa claramente se destaca quando comparada a outras minorias no país.

A PEV, uma das vertentes da PE da U.E. analisada no capítulo 2 deste trabalho, expõe que os Planos de Ação se destinam a reforçar o compromisso com os valores comuns, onde estão incluídos os direitos das minorias (Comissão Europeia, 2004: 13).

---

<sup>41</sup> Segundo o Conselho da Europa, órgão que emitiu a Carta, as línguas designadas de “regionais ou minoritárias” são aquelas que constituem um grupo numericamente inferior ao resto da população do Estado e línguas diferentes da(s) oficial(is) do Estado. Não inclui línguas dos migrantes nem dialetos da(s) língua(s) oficial(is) (Conselho da Europa, 1992: 3).

Assim, no ponto 2.1. do Plano de Ação U.E.-Ucrânia, na área dedicada ao diálogo político e reforma, é mencionada a importância de aplicação das normas e padrões europeus, nomeadamente o respeito pelos direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais (Comissão Europeia, 2005: 5) sendo que a subsecção (7) da página 7 refere que a Ucrânia deve assegurar e respeito pelas minorias nacionais através da adoção da legislação em conformidade com as normas europeias e da cooperação governamental com os representantes das minorias nacionais (Comissão Europeia, 2005: 7).

Segundo um relatório de 2006 do Comissário para os Direitos Humanos do Parlamento ucraniano relativo à proteção jurídica das minorias, a Ucrânia cumpre os padrões internacionais e europeus (Verhovna Rada, 2006: 82).

Da mesma forma o respeito e a proteção das minorias são mencionados na PO, referindo-se que esta é um dos compromissos mútuos da parceria (Comissão Europeia, 2008: 3).

A importância dos direitos das minorias nacionais continua a ser visível na Agenda de Associação, uma vez que no ponto 2º dedicado ao diálogo político é referido que as partes concordam em manter o diálogo e a cooperar nas áreas para reforçar o respeito pelos princípios democráticos, nomeadamente pelos direitos das minorias nacionais (Comissão Europeia, 2010: 6)

É de mencionar que o Acordo de Associação celebrado em 2014 também destaca a importância do respeito pelas minorias nacionais na Ucrânia, o que pode ser verificado logo no início do documento, onde é referido que as partes se comprometem a uma relação mais próxima e duradoura baseada em valores democráticos, em que a não discriminação de minorias nacionais e respeito à diversidade tem um lugar importante (Jornal Oficial da U.E., 2014a: 4). Por sua vez, a secção destinada ao diálogo político, no ponto (e) refere que o objetivo do mesmo deve ser o reforço do respeito pelos princípios democráticos, incluindo os direitos das minorias nacionais e a sua não discriminação, entre outros (Jornal Oficial da U.E., 2014a: 7). Desta forma, conclui-se que a U.E. continua a dar relevância aos direitos das minorias nacionais na Ucrânia, e que esta última faz progressos na implementação da legislação em conformidade com a U.E., o que mostra a capacidade e a vontade de a Ucrânia implementar legislação e políticas de proteção das minorias nacionais no país.



Por sua vez, o relatório sobre o estado dos Direitos Humanos do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas de 15 de junho de 2014 menciona que durante o período analisado (de 7 de maio a 7 de junho de 2014) não houve grandes incidentes e violações de direitos das minorias. Ou seja, as relações entre as minorias nacionais são positivas e o clima é propício ao exercício dos seus Direitos Humanos, bem como culturais (ACNUDH, 2014: 23). Todavia, de acordo com relatório anual de *Human Rights Watch*, aumentou a violência sobre os tártaros e a minoria muçulmana da Crimeia (HRW, 2015), embora a península anexada pela Rússia faça agora parte daquele país.

## 4.2. As eleições

As eleições são uma essência da democracia, pelo que a realização de eleições livres, justas e competitivas é apenas possível, de certo modo, se existir a liberdade de expressão, imprensa, reunião e com a presença de oposição que pode livremente criticar os restantes candidatos (Huntington, 2000: 22). Assim como o respeito pelas minorias nacionais, as eleições têm um papel importante nas relações entre a U.E. e a Ucrânia. Por isso, o Plano de Ação U.E.-Ucrânia menciona, no ponto 2.1. do diálogo político e reforma, que a Ucrânia deve garantir a realização das eleições de acordo com as normas da OSCE/ODIHR<sup>42</sup> (Comissão Europeia, 2005: 5).

O primeiro momento a ser analisado é, sem dúvida, o referendo em 1991 e as eleições presidenciais que a Ucrânia viveu quando se tornou independente. Segundo os observadores internacionais, os procedimentos de votação seguiram, em geral, os padrões democráticos e a votação foi considerada livre e justa, pelo que refletiu a vontade popular, sendo que “Every oblast in Ukraine, including Crimea, voted for Independence.” (OSCE, 1992: 7-8-). Isto significou um passo importante no desenvolvimento das bases de uma cultura democrática no país, através da participação popular alargada em processos eleitorais competitivos.

As eleições de 1999, quando Leonid Kuchma foi eleito, pela segunda vez, Presidente da Ucrânia, foram definidas como não tendo sido nem justas, nem livres, nem

---

<sup>42</sup> Gabinete para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos, órgão da OSCE.

tão pouco democráticas pelos observadores internacionais presentes (Freedom House, 1999). Este retrocesso significativo prendeu-se, como analisado, com uma governação centralizadora de poder, onde práticas de combate à oposição e à liberdade de imprensa, por exemplo, foram recorrentes. De facto, o Conselho da Europa e a OSCE detetaram diversos casos de violações durante as eleições presidenciais, nomeadamente as tendências pró-Kuchma nos *media*; violações dos procedimentos eleitorais de acordo com a lei; e a facilidade de acesso ao emprego aos funcionários públicos pró-Kuchma, como sinalizando a fragilidade do processo democrático (Freedom House, 1999).

As eleições de novembro de 2004 também não foram nem livres nem justas, tendo provocado uma revolta popular muito grande que culminou na Revolução Laranja (HRW, 2006: 416), pelo que foi realizada uma segunda volta em dezembro cujo candidato eleito foi Viktor Yushchenko. O descontentamento generalizado com um sistema de governação pouco transparente, pouco participativo e pouco inclusivo tornou-se claro quando as pessoas saíram à rua para contestar um processo que entenderam como sendo pouco democrático. A sinalização anteriormente feita ganhou novos contornos com a Revolução Laranja em termos da sua expressão alargada. Relativamente às eleições presidenciais em 2004, a OSCE salientou que os boletins e materiais informativos foram todos escritos na língua ucraniana (OSCE, 2005: 15).

Em fevereiro de 2010, Viktor Yanukovich foi eleito presidente da Ucrânia, tendo sido estas eleições consideradas, pelos observadores internacionais, de forma geral, como respeitadoras das normas internacionais (HRW, 2011). Se a Revolução Laranja não alcançou todos os seus objetivos em termos de mudanças políticas internas na Ucrânia, ao nível dos processos eleitorais deixou claro que os procedimentos teriam de ser alterados, incluindo para uma melhor integração do país nas instituições europeias.

Em 2010 houve um retrocesso no processo de adoção da legislação ucraniana relativamente às eleições locais que levantou certa preocupação entre os analistas europeus e internacionais uma vez que a mesma apresentou inúmeros erros técnicos, limitou o acesso às eleições de partidos recém-criados e privilegiou partidos antigos, bem como restringia a participação de candidatos e partidos independentes nas eleições (Instituto Nacional Democrático, 2010).

Apesar de a revisão da PEV, como referido nos capítulos anteriores, a U.E. dá igualmente destaque ao suporte democrático aos seus países vizinhos. Nesta linha, a primeira secção do documento menciona que a U.E. apoia a democracia em seus países vizinhos, e embora tenha a percepção da diversidade de definições de democracia, há características que se destacam, nomeadamente a realização de eleições livres e justas (Comissão Europeia e Ação Externa da U.E.: 2011: 3).

As eleições presidenciais, segundo a *Freedom House*, de 2014 foram consideradas livres e justas por observadores internacionais, embora a votação não tenha ocorrido na Crimeia devido à ocupação russa (Freedom House, 2015b), o que demonstra avanço no processo de consolidação democrática no país.

## Conclusão

Desde logo importa salientar que embora a análise realizada ao longo desta dissertação abarque o período até à anexação da Crimeia em março de 2014, e não tenha incluído o conflito no Leste da Ucrânia cuja resolução está longe de ser concluída, entende-se que a informação recolhida foi suficiente para a realização deste trabalho.

Assim, através da análise do que influencia o processo de consolidação democrática na Ucrânia, tendo em conta em particular fatores externos, ou seja, a União Europeia, e os fatores internos, com enfoque nos líderes políticos, foi possível concluir que a U.E. é um ator importante neste processo, embora as políticas internas sejam determinantes. Isto é, o papel do líder nesta matéria tem sido relevante, embora seja redutor afirmar que um líder pró-russo seja imediatamente anti-democrático ou vice-versa.

Ao longo da dissertação foi analisado o processo de consolidação democrática na Ucrânia com o enfoque da U.E.. Como dois instrumentos da PE da U.E. foram analisadas duas políticas: a PEV e a PO. A PEV foi lançada em 2004 num contexto de maior alargamento da U.E., em que aderiram mais dez Estados à União. O objetivo da PEV é ter uma relação privilegiada com os países que fazem fronteira com a U.E., tanto terrestre como marítima, para manter a região estável, segura e de bem-estar (Comissão Europeia, 2014). Uma vez contestada por abranger diversos países muito diferentes entre si, a U.E. lançou, em 2009, duas políticas: uma orientada para os países do mediterrâneo – a União do Mediterrâneo, e a Parceria Oriental direcionada aos países de Leste, onde a Ucrânia se insere e tem um papel relevante. Além da Ucrânia, fazem parte da PO países como Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldova, todos do espaço ex-soviético.

Ao longo da dissertação o objetivo era analisar o que influencia o processo de consolidação democrática na Ucrânia, tendo em conta fatores externos e fatores internos. Para tal, recorreu-se às teorias de transição democrática, essencialmente a teoria de Rustow, que argumenta que este processo não é linear e que, por isso, sofre de vários avanços e retrocessos (Rustow, 1970), o que se verificou no caso da Ucrânia. Além disso, o único pré-requisito que Rustow identifica ser essencial para a democratização é o de unidade nacional que no caso da Ucrânia é muito discutível. Como se verificou, este é um país cuja identidade nacional ainda não está concluída, por razões históricas,

essencialmente. Embora a Ucrânia tenha criado certas condições para o surgimento de uma unidade nacional, como por exemplo, a lei “Sobre a Cidadania Ucraniana”, o objetivo ainda não foi bem-sucedido até aos dias de hoje. Continua a ser um país dividido tanto política e socialmente, nomeadamente no que diz respeito à língua. Por um lado uma parte da Ucrânia (ocidental) autoidentifica-se como sendo europeia, enquanto a parte oriental sente-se mais próxima da Rússia e evoca as suas raízes eslavas. Para além da teoria de Rustow, as abordagens de escolha estratégica com o enfoque nas elites também foram úteis, na medida em que se verificou que no caso da Ucrânia, em particular, os líderes políticos têm um papel importante no processo de consolidação democrática, uma vez que este processo depende, em grande parte, das suas preferências e das suas escolhas. No caso da Ucrânia, verificou-se que as preferências e as inclinações políticas refletem-se nas suas decisões, tratando-se de, basicamente, dois tipos de líderes: uns mais inclinados para a Rússia, e outros mais inclinados para a U.E..

Com o propósito de analisar o longo processo de consolidação democrática na Ucrânia, optou-se por fazê-lo por ordem cronológica. Assim, o primeiro acontecimento analisado foi, evidentemente, o de independência da Ucrânia. Este é um momento-chave para a Ucrânia, uma vez que realizou um passo muito grande na transição democrática: não só devido à realização do referendo que teve imensa adesão, como também à realização das primeiras eleições no país. Este foi certamente um dos avanços no processo de democratização da Ucrânia. Além disso, as eleições foram, de forma geral, livres e justas, segundo os observadores internacionais. Todavia, o cenário alterou-se com as eleições de 1999 em que Kuchma foi reeleito presidente, o que significou um retrocesso no processo de consolidação democrática na Ucrânia. Durante o primeiro mandato de Kuchma foi criada “A Estratégia de Integração da Ucrânia na União Europeia” com o objetivo de acelerar o processo de integração da Ucrânia na U.E.. Contudo, as relações U.E.-Ucrânia deterioraram-se com o segundo mandato de Kuchma, quando este esteve envolvido num dos casos mais polémicos do país – a morte de jornalista Gregory Gongadze. Várias razões levaram a população sair às ruas num inverno gelado em 2004: a corrupção crescente, a oligarquia que se instalou sob a presidência de Kuchma, a morte do jornalista, bem como a fraude nas eleições presidenciais. A Revolução Laranja que daí resultou foi baseada nos valores europeus tais como a democracia, o respeito pelos Direitos Humanos, o Estado de Direito, entre outros. Este foi, portanto, mais um sinal de que a Ucrânia estava a viver um

recuo no processo de consolidação da democracia no país. Contudo, as eleições de 2010 foram consideradas pelos observadores internacionais, de forma geral, respeitadoras das normas internacionais – marco da Revolução Laranja.

A presidência de Yanukovich, eleito em 2010, foi marcada por altos níveis de corrupção no país e de deterioração das relações U.E.-Ucrânia, devido à prisão política de Yuliya Tymoshenko, ou seja, à justiça seletiva; às limitações da liberdade de imprensa e à falta de transparência no país (U.E., 2013: 8), o que mostra mais uma vez a deterioração na consolidação democrática no país. Por estas razões, e no contexto de recusa de assinar o AA por parte de Yanykovich com a U.E., ocorreu mais uma revolução na Ucrânia – a *Euromaidan* em 2013. No ano a seguir, a Crimeia, a uma região da Ucrânia, foi anexada pela Rússia depois de realização de um referendo, considerado pela comunidade internacional como ilegal e ilegítimo. Para além da anexação da Crimeia, a Ucrânia vive, desde 2014, uma situação de conflito na região de Leste do país. Contudo, o conflito não foi abordado neste trabalho por várias razões, nomeadamente devido à sua origem e envolventes que continuam a ser muito discutidos.

Em 2014, as eleições presidenciais em que o atual presidente da Ucrânia - Petro Poroshenko - foi eleito, foram consideradas livres e justas por observadores internacionais (Freedom House), o que representa, mais uma vez, avanço no processo de consolidação democrática. Todavia, este processo está a ser novamente posto em causa devido à anexação da Crimeia e, especialmente, ao conflito no Leste do país, que dividiu ainda mais o povo ucraniano e evidenciou a falta de uma unidade nacional do país.

No último capítulo da dissertação (4º) fez-se uma análise das eleições e dos direitos das minorias nacionais, o que me permitiu afirmar que ao nível dos direitos das minorias a Ucrânia fez rapidamente grandes avanços, nomeadamente através da adoção de legislação inclusiva. Contudo, ao nível das eleições presidenciais, desde 1991 até 2014, o processo foi mais lento, embora as duas últimas eleições presidenciais tenham ocorrido conforme os princípios europeus. Assim, a Ucrânia é um país que, de forma geral, protege as minorias nacionais que residem na Ucrânia, e a prova disso é a adoção da legislação inclusiva, nomeadamente a Lei “Sobre as Minorias Nacionais” criada em 1992, a ratificação da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, bem como a Declaração sobre os Direitos das Nacionalidades na Ucrânia de 1991.

De forma geral, o percurso da Ucrânia desde a sua independência tem sido positivo e tem seguido os critérios de Copenhaga nas dimensões acima mencionadas, o que mostra que a U.E. faz diferença enquanto ator transformador. No entanto, houve igualmente momentos de retrocessos, especialmente durante a presidência de Kuchma e Yanukovych. O caso mais recente – a anexação da Crimeia – veio igualmente a demonstrar a complexidade do processo de consolidação democrática quer a não linearidade do mesmo, em comparação com as teorias de Rustow e com as teorias funcionalistas.

Por outro lado, concluiu-se que embora a U.E. seja um ator importante no processo, as políticas internas são determinantes e o papel do líder nesta matéria tem sido relevante, embora seja errado afirmar que um líder pró-russo é imediatamente anti-democrático ou inversamente.

Relativamente à política externa da U.E., sobretudo a PEV e a PO, esta mostrou-se insuficiente com a obtenção dos seus objetivos. Sendo o propósito da PEV, e da sua dimensão oriental, a prosperidade, a segurança e o bem-estar de todos os envolvidos (Comissão Europeia, 2014) mostrou-se ineficiente e como exemplo disto - o caso da Crimeia e o conflito no Leste da Ucrânia que continua por resolver.

Em jeito de conclusão, importa salientar que embora este trabalho tenha como estudo de caso a Ucrânia, seria interessante a realização de trabalhos deste género com restantes países da PO, uma vez que o estado de democracia daqueles não difere muito do caso ucraniano. Fica para a reflexão a questão relacionada com a PEV e a PO, que embora tenha, na teoria, ideias muito ambiciosas, mostrou-se insuficiente na prática, uma vez que a Ucrânia, país no cerne da Europa, vive hoje em dia um conflito do qual resultaram e resultam vítimas, cuja resolução não parece ter fim próximo.

## Referências bibliográficas

Ação Externa da União Europeia (s.d. a) “The EU’s relations with Ukraine” [http://eeas.europa.eu/ukraine/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/ukraine/index_en.htm) [04-03-2016].

Ação Externa da União Europeia (s.d. b) “Euro-Mediterranean Partnership” [http://eeas.europa.eu/euromed/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/euromed/index_en.htm) [10-04-2016].

Ação Externa da União Europeia (s.d. c) “Eastern Partnership” [http://eeas.europa.eu/eastern/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/eastern/index_en.htm) [10-04-2016].

ACNUDH (2014) “Report on the human rights situation in Ukraine” <http://www.ohchr.org/Documents/Countries/UA/HRMMUReport15June2014.pdf> [01-06-2016].

Almond, Gabriel (1956) “Comparative Politics Systems” *The Journal of Politics*. Vol. 18, N. °3, 391-409.

Almond, Gabriel A.; Verba, Sidney (1963) “The Civic Culture” *An Approach to Political Culture*. Princeton University Press.

Azarov, M. (2013) *Питання укладання Угоди про асоціацію між Україною, з однієї сторони, та Європейським Союзом, Європейським Співтовариством з атомної енергії і їх державами - членами, з іншої сторони* (A questão sobre o Acordo de Associação entre a Ucrânia, por um lado, e a União Europeia, e a Comunidade Europeia de Energia Atômica e os seus Estados-membros por outro lado), 21 de novembro de 2013. <http://zakon4.rada.gov.ua/laws/show/905-2013-%D1%80> [14-07-2016].

Baracani, Elena (2010) “The US and EU Strategies for Promoting Democracy” in Bindi, Federiga (ed.) *The Foreign Policy of the European Union: Assessing European Role in the World*. Washington: Brookings Institution Press.

Barbosa, Rodrigo (2016) “Holanda rejeita em referendo acordo de associação UE-Ucrânia” in *Euronews* <http://pt.euronews.com/2016/04/07/holanda-rejeita-em-referendo-acordo-de-associacao-ue-ucrania/> [10-04-2016].

Beichelt, Timm (2004) “Autocracy and Democracy in the European CIS” Manuscript for *Democratization*, <https://www.kuwi.europa->



[uni.de/de/lehrstuhl/vs/politik3/Dokumente/publikationen/beichelt2004autocracy.pdf](http://uni.de/de/lehrstuhl/vs/politik3/Dokumente/publikationen/beichelt2004autocracy.pdf) [20-04-2016].

British Broadcasting Corporation - BBC (2011) “Leonid Kuchma: Gongadze murder case dropped in Ukraine” Publicado a 14 de dezembro de 2011. <http://www.bbc.com/news/world-europe-16176644> [30-05-2016].

BBC (2013) “Україна не підписала Угоду про асоціацію з ЕС” (A Ucrânia não assinou o Acordo de Associação com a UE” [http://www.bbc.com/ukrainian/politics/2013/11/131129\\_ukraine\\_eu\\_assignment\\_ek](http://www.bbc.com/ukrainian/politics/2013/11/131129_ukraine_eu_assignment_ek) [05-05-2016].

Cameron, Fraser (2011) *Na Introduction to European Foreign Policy*. Nova Iorque: Routledge.

Casier, Tom (2009) “The Two-Track Approach to Democracy Promotion in the European Neighbourhood Policy”, Conferência em Los Angeles, Universidade de Kent/Escola de Bruxelas de Estudos Internacionais, abril, [http://www.unc.edu/euce/eusa2009/papers/casier\\_02B.pdf](http://www.unc.edu/euce/eusa2009/papers/casier_02B.pdf) [01-05-2016].

Casier, Tom (2012) “European Neighborhood Policy: Living Up to Regional Ambitions?” in Bindi, Federiga; Angelescu, Irina (eds.) *The Foreign Policy of the European Union: assessing Europe’s role in the world*. Washington: Brookings Institutions Press.

Comissão Europeia (1998) *Ukraine- Evaluation of EC Country Programme*, Final Report, Volume I: Main Report [http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation\\_reports/reports/tacis/951417\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation_reports/reports/tacis/951417_en.pdf) [27-05-2016].

Comissão Europeia (1999) *Tacis Annual Report 1998*, Bruxelas, COM (1999) 380 final <http://aei.pitt.edu/6078/1/6078.pdf> [28-06-2016].

Comissão Europeia (2002) *A Wider Europe – A Proximity Policy as the key to stability* [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-02-619\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-02-619_en.htm) [05-06-2016].

Comissão Europeia (2003) *Wider Europe – Neighbourhood: A New Framework for Relations with our Eastern and Southern Neighbours* [http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/com03\\_104\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/com03_104_en.pdf) [20-04-2016].

Comissão Europeia (2004) *Communication from the Commission: European Neighborhood Policy Strategy Paper* [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/july/tradoc\\_117717.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/july/tradoc_117717.pdf) [01-06-2016].

Comissão Europeia (2005) *EU/Ukraine Action Plan* <http://www.enpi-info.eu/library/content/eu-ukraine-action-plan-0> [19-06-2016].

Comissão Europeia (2008) *Eastern Partnership* [http://www.euronest.europarl.europa.eu/euronest/webdav/shared/general\\_documents/COM\(2008\)823.pdf](http://www.euronest.europarl.europa.eu/euronest/webdav/shared/general_documents/COM(2008)823.pdf) [30-03-2016].

Comissão Europeia (2010) *EU-Ukraine Association Agenda to prepare and facilitate the implementation of the Association Agreement* [http://www.eeas.europa.eu/ukraine/docs/2010\\_eu\\_ukraine\\_association\\_agenda\\_en.pdf](http://www.eeas.europa.eu/ukraine/docs/2010_eu_ukraine_association_agenda_en.pdf) [10-04-2016].

Comissão Europeia (2012) *Implementation of the European Neighbourhood Policy in Ukraine. Progress in 2011 and recommendation for action.* Bruxelas [http://eeas.europa.eu/delegations/ukraine/documents/press\\_releases/ukraine\\_enp\\_report\\_2011.pdf](http://eeas.europa.eu/delegations/ukraine/documents/press_releases/ukraine_enp_report_2011.pdf) [02-06-2016].

Comissão Europeia (2013) *Press Conference by Stefan Fule, Member of the EC in charge of Enlargement and European Neighborhood Policy, and Mykola Azarov, Ukrainian Prime Minister following their meeting in Kiev* <http://ec.europa.eu/avservices/video/shotlist.cfm?ref=92603> [02-06-2016].

Comissão Europeia (2014) *Política Europeia de Vizinhança* [http://ec.europa.eu/economy\\_finance/international/neighbourhood\\_policy/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/economy_finance/international/neighbourhood_policy/index_pt.htm) [02-11-2015].

Comissão Europeia (2015a) *Joint Communication to the European Parliament, The Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Review of the European Neighbourhood Policy* [http://eeas.europa.eu/enp/documents/2015/151118\\_joint-communication\\_review-of-the-enp\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/enp/documents/2015/151118_joint-communication_review-of-the-enp_en.pdf) [02-03-2016].

Comissão Europeia (2015b) *European Neighborhood Policy reviewed and explained* [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-15-6122\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-15-6122_en.htm) [27-06-2016].

Comissão Europeia; Ação Externa da U.E. (2011) *A New Response to a Changing Neighbourhood: A review of European Neighbourhood Policy* [http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/com\\_11\\_303\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/com_11_303_en.pdf) [30-03-2016].

Conselho da Europa (1992) *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* [https://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter\\_pt.pdf](https://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter_pt.pdf) [02-06-2016].

Conselho da União Europeia (2009) *Joint Declaration of the Prague Eastern Partnership Summit* [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/er/107589.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/107589.pdf) [04-03-2016].

Conselho da União Europeia (2012) *Council Conclusions on Ukraine*, 3209th Foreign Affairs Council meeting, Bruxelas, 10 de dezembro [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/foraff/134136.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/134136.pdf). [10-07-2016].

Conselho da União Europeia (2016) *Medidas restritivas da UE em resposta à crise na Ucrânia*. <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/ukraine-crisis/> [01-09-2016].

Conselho Europeu (2015) *Parceria Oriental* <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eastern-partnership/> [02-11-2015].

Conselho Europeu de Copenhaga (1993) *Conclusões da Presidência*, 21-22 de junho de 1993.

D'Anieri, Paul (2005) "What has changed in Ukrainian politics? Assessing the implications of the orange revolution" *Problems of Post-Communism*. Vol. 52, n. °5, 82-91.

Diamon, Larry (1997) "The End of the Third Wave and the Global Future of Democracy" *IHS Political Science Series*. N. ° 45.

Diamon, Larry (1999) *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.

Diamon, Larry (2008) “Democratic Development and Economic Development: Linkages and Policy Imperatives”, *International IDEA and the Center for the Study of Developing Societies*. New Delhi.

[http://www.idea.int/upload/Dehli\\_RT\\_2008\\_Larry\\_Diamond\\_speech.pdf](http://www.idea.int/upload/Dehli_RT_2008_Larry_Diamond_speech.pdf) [10-01-2016].

Dias, Vanda Amaro (2015) “As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia” *Relações Internacionais*. N. °45, 45-55.

ECHR (2013) “Former Prime Minister of Ukraine was arbitrarily detained”, Press Release, Publicado a 30 de abril. ECHR 136.

Elfenkämper, Eva (2006) “Ukraine – Stuck on the Way to Liberal Democracy” in Brockmann, Kathrin; Bosold, David (org.), *Democratization and Security in Central and Eastern Europe and the Post-Soviet States*. Berlim: German Council on Foreign Relations (DGAP).

Eur-Lex (2010) “Acordos de Parceria e Cooperação (APC): Rússia, Europa Oriental, Cáucaso Meridional e Ásia Central” <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:r17002&from=PT> [09-04-2016].

Fedirko, Taras (2013) “Democracy Promotion in Ukraine in the framework of the European Neighbourhood Policy. Part One” Portal on Central Eastern and Balkan Europe [http://www.pecob.eu/democracy\\_promotion\\_ENP\\_Ukraine\\_1](http://www.pecob.eu/democracy_promotion_ENP_Ukraine_1) [23-05-2016].

Ferreira-Pereira, Laura C. et al. (2014) “A União Europeia como Ator na Vizinhança do Leste: O Caso da Ucrânia” *Contexto Internacional*. Vol. 36, n. °2, 487-517.

Freedom House (1999) “Ukraine” <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/1999/ukraine> [27-05-2015].

Freedom House (2015a) “China” <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/china> [25-05-2016].

Freedom House (2015b) “Ukraine” <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2015/ukraine> [31-05-2016].

Freire, Maria Raquel (2006) “A Revolução Laranja na Ucrânia: uma democracia a consolidar” *Relações Internacionais*, N.º12, 49-64.

Freire, Maria Raquel (2008) “Relações UE-Ucrânia: a complexa gestão de objetivos, motivações e expectativas”, *Working Paper – Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI)*, 37.

Freire, Maria Raquel (2009) “Ukraine’s Multi-vectorial foreign policy: looking west while not overlooking its eastern neighbor”, *UNISCI Discussion Papers*, n. °20, 232-249.

Freire, Maria Raquel e Simão, Licínia (2009) “ENP and post-Soviet Transition in the South Caucasus: Triangulating Democracy, Security and Stability” in Brockmann, Kathrin; Bosold, David (org.), *Democratization and Security in Central and Eastern Europe and the Post-Soviet States*. Berlim: German Council on Foreign Relations (DGAP).

Fukuyama, Francis (1989) “The End of History?” *The National Interest*, Summer <http://kropfpolisci.com/exceptionalism.fukuyama.pdf> [10-05-2016].

Fule, Stefan (2010) “Strong Civil Society Pillar – major objective of the EU Eastern Partnership Policy”, 4<sup>th</sup> meeting of the PERC (Pan-European Regional Council), Executive Committee.

Gawrich, Andrea et al. (2010) “Neighbourhood Europeanization through ENP: The Case of Ukraine” *Journal of Common Market Studies*. Vol. 48, N. °5, 1209-1235.

Göksel, Nilüfer Karacasulu; Çepel, Zühal Ünalp (s.d.) “European Neighborhood Policy and Democracy Promotion” Dokuz Eylül University, Department of International Relations.

Grajauskas, Rokas; Gira, Vytautas Sirijos (2009) “Is the Eastern Partnership a significant improvement of the ENP?” *Centre for Eastern Geopolitical Studies*, Eastern Pulse 5(20).

Guo, Sujian (1999) “Democratic Transition: A Critical Overview” *Issues & Studies* 35. N. °4, 133-148.

Habermas, Jurgen (1994) “Three Normative Models of Democracy” *Constellations*, Vol. 1, N. ° 1, 1-10.

Haggard; Kaufman (1996) “The Political Economy of Democratic Transitions” *Princeton University Press* <http://press.princeton.edu/chapters/s5711.pdf> [10-01-2016].

Herd, Graeme P. (2005) “Colorful Revolutions and the CIS: ‘manufactured’ versus ‘managed democracy’” *Problems of Post-Communism*. vol. 52, n. °2, 3-18.

Human Rights Watch - HRW (2006) “World Report” <https://www.hrw.org/legacy/wr2k6/wr2006.pdf> [01-06-2016].

HRW (2011) “World Report 2011: Ukraine” <https://www.hrw.org/world-report/2011/country-chapters/ukraine> [30-05-2016].

HRW (2015) “World Report 2015: Ukraine” <https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/ukraine> [10-07-2016].

Huntington, Samuel P. (1991) “Democracy’s third way” *Journal of Democracy*. Vol. 2, N.º2, 12-34.

Huntington, Samuel P. (2000) “O fim da Terceira vaga e o início da quarta” in Huntington, Samuel P et al. *A Invenção Democrática*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: Fundação Mário Soares, 19-27.

Inglehart, Ronald; Welzel, Christian (2010) “Changing Mass Priorities: The Link between Modernization and Democracy” *Perspectives on Politics*. março, 1-24.

Instituto Internacional de Sociologia de Kiev – IISK (2014) “Від Майдану-Табору До Майдану-Січі: Що Змінилося?” (De Maidan – acampamentos em praça até Maidan-Sichi: O que mudou?) <http://www.kiis.com.ua/?lang=ukr&cat=reports&id=226&page=6> [14-07-2016].

Instituto Nacional de Estudos Estratégicos da Ucrânia – INEE (2011) “Українська ідентичність: феномен і засади формування” (A identidade ucraniana: o fenómeno e os princípios da formação). <http://www.niss.gov.ua/content/articles/files/Ident-62307.pdf> [05-05-2016].

Instituto Nacional de Estudos Estratégicos da Ucrânia (s.d.) “ Історичні національні меншини” (Minorias históricas), Vol. 3. [http://old.niss.gov.ua/book/krysachenko/3-2-Ukr\\_Socium.pdf](http://old.niss.gov.ua/book/krysachenko/3-2-Ukr_Socium.pdf) [30-05-2016].

Instituto Nacional Democrático (2010) “Ukraine local election law analysis”, Agosto de 2010. [https://www.ndi.org/files/Analysis\\_2010\\_Ukraine\\_Local\\_Election\\_Law.pdf](https://www.ndi.org/files/Analysis_2010_Ukraine_Local_Election_Law.pdf) [10-07-2016].

Jornal Oficial da União Europeia (2014a) *Acordo de Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro*. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2014:161:FULL&from=PT> [10-04-2016].

Jornal Oficial da União Europeia (2014b) *Regulamento (UE) N.º 269/2014 do Conselho de 17 de março de 2014 que impõe medidas restritivas no que diz respeito a ações que comprometam ou ameacem a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia*. <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0269&from=EN> [12-07-2016].

Karatnysky, Adrian (2005) “Ukraine’s Orange Revolution” *Foreign Affairs*. Vol. 84, No.2, 35-52.

Kasčiūnas et al., (s.d.) “The future of the EU’s Eastern Partnership: Russia as an Informal Veto Player” <http://lfpr.lt/wp-content/uploads/2015/09/LFPR-31-Kasciunas-Kojala-Kersanskas.pdf> [15-05-2016]

Kharlamova, Ganna (2015) “The European Union and the Eastern Partnership: Convergence of Economies” *Elsevier*. Vol. 27, 29-41.

Korduban, Pavel (2009) “European Union’s Eastern Partnership Plan Disappoints Ukraine”, *Eurasia Daily Monitor*. Vol. 6.

Korosteleva, Elena (2011a) “The Eastern Partnership Initiative: A New Opportunity for Neighbours?” *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 27:1, 1-21.

Korosteleva, Elena (2011b) “Change or Continuity: Is the Eastern Partnership an Adequate Tool for the European Neighbourhood?” *International Relations*. 25(2), 243-262.

Korostelina, Karina (2013) “Ukraine twenty years after independence: concept models of the society” *Communist and Post-Communist Studies*. n.º 46, 53-64.

Kropatcheva, Elena (2014) “Ukraine’s EU Integration during the Presidency of Victor Yanukovych”, CEURUS EU-Russia Papers, No.16. [http://ceurus.ut.ee/wp-content/uploads/2011/06/EU-Russia-papers-16\\_Kropatcheva.pdf](http://ceurus.ut.ee/wp-content/uploads/2011/06/EU-Russia-papers-16_Kropatcheva.pdf) [04-11-2015].

- Kubicek, Paul (2005) “The European Union and democratization in Ukraine” *Communist and Post-Communist Studies*. Vol.38, 269-292.
- Kubicek, Paul (2009) “Problems of post-post-communism. Ukraine after the Orange Revolution, *Democratization*. 16:2, 323-343.
- Kuchma, L. (1998) *УКАЗ ПРЕЗИДЕНТА УКРАЇНИ Про затвердження Стратегії інтеграції України до Європейського Союзу* (Decreto de Lei do Presidente da Ucrânia sobre a criação de Estratégia de integração da Ucrânia na União Europeia) <http://zakon4.rada.gov.ua/laws/show/615/98> [26-05-2016].
- Kuchma, L. (2003) *Закон України Про ратифікацію Європейської хартії регіональних мов або мов меншин* (Lei da Ucrânia sobre a ratificação da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias) <http://zakon2.rada.gov.ua/laws/show/802-15> [02-06-2016].
- Kugler, Jacek; Feng, Yi (1999) “Explaining and Modeling Democratic Transitions” *Journal of Conflict Resolution*. Vol. 43, N. °2, 139-146.
- Kupchinsky, Roman (2005) “Police officers arrested in Gongadze case” in *RFE/RL Organized* <http://www.rferl.org/content/article/1057763.html> [21-04-2016].
- Kuzio, Taras (1998) *Ukraine State and nation building*, London: Routledge.
- Kuzio, Taras (2005a) “From Kuchma to Yushchenko: Ukraine’s 2004 presidential elections and the Orange Revolution” *Problems of Post-Communism*. Vol. 52, n. °2, 29-44.
- Kuzio, Taras (2005b) “Regime type and politics in Ukraine under Kuchma” *Communist and Post-Communism Studies*. N. °38, 167-190.
- Kuzio, Taras (2012) “Twenty years as an independent state: Ukrainian’s ten logical inconsistencies” *Communist and Post-Communist Studies*. n. °45, 429-438.
- Kuzio, Taras (2015) *Ukraine: democratization, corruption, and the New Russian Imperialism*. Santa Barbara: Praeger Security International.
- Kvashuk, Olga et al. (2013) “European Integration Index 2013 for Eastern Partnership” [http://eap-csf.eu/assets/files/Articles/Index\\_2013.pdf](http://eap-csf.eu/assets/files/Articles/Index_2013.pdf) [14-05-2016].
- Laboratoriya Zakonodavchuh Inicativ (2002) “Політичні партії та вибори 2002 року до Верховної Ради України” (Partidos políticos e as eleições para a Verhovna Rada em 200)



[http://www.parlament.org.ua/index.php?action=magazine&id=9&ar\\_id=98&iar\\_id=10&as=2](http://www.parlament.org.ua/index.php?action=magazine&id=9&ar_id=98&iar_id=10&as=2) [13-05-2016].

Lapczynski, Marcin (2009) “The European Union’s Eastern Partnership: Chances and Perspectives” *Caucasian Review of International Affairs*. Vol. 3(2), 143-155.

Lima, Bernardo Pires; Sá, Tiago Moreira de (2005) “As teorias da transição para a democracia e o caso português” *Relações Internacionais*. N. °7, 127-144.

Linz, Juan J.; Stepan, Alfred (1996) *Problems of Democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Lipset, Seymour Martin (1959) “Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy” *The American Political Science Review*. Vol. 53, N. °1, 69-105.

Marples, David R.; Duke, David F. (1995) “Ukraine, Russia, and the question of Crimea”, *Nationalities Papers*. Vol. 23, N. °2, 261-289.

Milhezes, José (2006) “Guerra do gás” entre Kiev e Moscovo já afeta países da EU” in *Público*. Publicado a 2 de janeiro. <https://www.publico.pt/mundo/noticia/guerra-do-gas-entre-kiev-e-moscovo-ja-afecta-paises-da-ue-1243443> [25-08-2016].

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polónia – MNE da Polónia (2008) *Polish-Swedish Proposal Eastern Partnershi*, Junho <http://www.euneighbours.eu/library/content/polish-swedish-proposal-eastern-partnership> [02-05-2016].

MNE Ucrânia (1994) *Partnership for Peace: Framework Document*, Bruxelas, 10 de janeiro <http://mfa.gov.ua/en/page/open/id/826> [15-05-2016].

MNE Ucrânia (2012) *Ukraine EU-Relations* <http://ukraine-eu.mfa.gov.ua/en/ukraine-eu/relations> [09-04-2016].

Moore, Barington (1966) *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press.

O'Brien, Thomas (2010) "Problems of political transition in Ukraine: leadership failure and democratic consolidation" *Contemporary Politics*. 16:4, 355-367.

O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe C. (1986) *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press

Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE (1992) *The December 1, 1991, Referendum/Presidential Election in Ukraine* [http://www.osce.org/index.cfm?FuseAction=ContentRecords.ViewDetail&ContentRecord\\_id=233&ContentType=G&ContentRecordType=G&UserGroup\\_id=117&region\\_id=117&year=0&month=0&Subaction=ByDate&IsTextOnly=True](http://www.osce.org/index.cfm?FuseAction=ContentRecords.ViewDetail&ContentRecord_id=233&ContentType=G&ContentRecordType=G&UserGroup_id=117&region_id=117&year=0&month=0&Subaction=ByDate&IsTextOnly=True) [30-05-2016].

OSCE (2005) *Ukraine Presidential Election 31 October, 21 November and 26 December 2004. OSCE/ODIHR Election Observation Mission Final Report* <http://www.osce.org/odihr/elections/ukraine/14674?download=true> [30-05-2016].

Parlamento Europeu (2014) "Parlamento Aprova Acordo de Associação UE-Ucrânia" <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/20140915IPR62504/Parlamento-Europeu-aprova-Acordo-de-Associa%C3%A7%C3%A3o-UE-Ucr%C3%A2nia> [15-05-2016].

Parlamento Europeu (2016) "Política Europeia de Vizinhança" [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_6.5.4.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.5.4.html) [23-06-2016].

Pevehouse, Jon C. (s.d.) "Democratization and international relations", Cambridge University Press, excerto de *Democracy from Above: Regional Organizations and Democratizations* [http://assets.cambridge.org/97805218/44826/excerpt/9780521844826\\_excerpt.pdf](http://assets.cambridge.org/97805218/44826/excerpt/9780521844826_excerpt.pdf) [12-07-2016].

Poroshenko, Petro (2014) *Petro Poroshenko presented "Strategy of reforms 2020": The purpose of reforms is membership in the EU*

<http://www.president.gov.ua/en/news/prezident-predstaviv-strategiyu-reform-2020-meta-reform-chle-33755> [03-09-2016].

Pravda (2009) “Russia’s Medvedev Slams Ukraine’s Yushchenko for His Anti-Russian Politics” Publicado a 11 de Agosto. [http://www.pravdareport.com/russia/kremlin/11-08-2009/108764-russia\\_ukraine-0/](http://www.pravdareport.com/russia/kremlin/11-08-2009/108764-russia_ukraine-0/) [03-06-2016].

Pridham, Geoffrey (1994) “Democratic transitions in theory and practice: Southern European lessons for Eastern Europe” in Pridham, Geoffrey; Vanhanen, Tatu (eds.) *Democratization in Eastern Europe*. London: Routledge.

Pridham, Geoffrey (1997) “The international dimension of democratization: theory, practice and inter-regional comparisons” in Pridham, Geoffrey et al. (eds.) *Building democracy? The international dimension of democratization*. London: Leicester.

Przeworski et al. (1996) “O que mantém as democracias “Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Couto, Cláudio Gonçalves (trad.). N.º40-41, São Paulo, 113-135 <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a06n4041.pdf> [25-03-2016].

Przeworski, Adam; Limongi, Fernando (1997) “Modernization: Theories and Facts”, *World Politics*. Vol. 49, N. º2, 155-183.

Puglisi, Rosaria (2003) “Clashing Agendas: Economic Interests, Elite Coalitions and Prospects for Co-operation between Russia and Ukraine” *Europe-Asia Studies*. Vol.55, n. º6, 827-845.

Putin, Vladimir (2014) *Обращение Президента Российской Федерации* (Discurso do Presidente da Federação Russa) <http://kremlin.ru/events/president/news/20603> [13-07-2016].

Russia Today - RT (2014) “Facts you need to know about Crimea and why it is in turmoil” Publicado a 27 de fevereiro de 2014 <https://www.rt.com/news/crimea-facts-protests-politics-945/> [13-07-2016].

Rustow, Dankwart (1970) “Transitions to democracy: toward a dynamic model” *Comparative Politics*. vol.2, N. º3, 337-363.

- Ryabchuk, Anastasiya (2014) “Right Revolution? Hope and Perils of the Euromaidan Protests in Ukraine” *Debate: Journal of Contemporary Central and Eastern Europe*. 22:1, 127-134.
- Sakwa, Richard (2015) *Frontline Ukraine: crisis in the borderlands*. London: I.B. Tauris.
- Samokhvalov, Vsevolod (2015) “Ukraine between Russia and the European Union: Triangle Revisited” *Europe-Asia Studies*. 67:9, 1371-1393.
- Schmitter, Philippe C.; Karl, Terry Lynn (1991) “What Democracy Is...And Is Not” *Journal of Democracy*. 103-109.
- Serviço de Ação Externa da U.E.; Comissão Europeia (2014) *Neighbourhood Investment Facility: Strategic Orientations 2014-2010*. <http://ec.europa.eu/enlargement/neighbourhood/pdf/key-documents/nif/20150731-nif-strategic-orientations-2014-2020.pdf> [04-07-2016].
- Shevtsova, Lilia et al. (2014) “The Maidan and Beyond” *Journal of Democracy*. Vol. 25, n. °3, 17-89.
- Simão, Licínia (2011) “Discursive differences and policy outcomes: EU-Russia relations and security in Europe” *Eastern Journal of European Studies*. Vol. 2, Issue 1, Junho.
- Simão, Licínia (2016) “The Ukrainian conflict in Russian foreign policy: Rethinking the interconnections between domestic and foreign policy strategies” *Small Wars&Insurgencies*. 27:3, 491-511.
- Simon, Gerhard (2006) “An Orange-Tinged Revolution: the Ukrainian Path to Democracy” *Russia Politics and Law*. Vol. 44, n. °2, 5-27.
- Slyusarenko, et al. (2002) *Новітня історія України (1900-2000) (História Contemporânea da Ucrânia (1900-2000))*. Kiev: Вища Школа.
- Smith, Karen E. (2011) “Enlargement, the Neighborhood, and European Order” in Hill, Christopher; Smith, Michael (eds.) *International Relations and European Union*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Solonenko, Iryna (2005) “The European Union as Democracy Promoter: The Case of Ukraine”, *Romanian Journal of Political Science*. Vol.5, N. °2, 57-69.

Solonenko, Iryna (2011) “Added Value? Eastern Partnership and EU-Ukraine Bilateral Relations”. IPG 3/2011, 120-133.

Solonenko, Iryna (2014) “The EU Democratization Efforts in the Black Sea Region: The challenge of ‘Domesticating’ Democracy” *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*. 16:3, 343-355.

Solonenko, Iryna; Jarabik, Balazs (2008) “Ukraine” in Youngs, Richard (ed.) *Is the European Union Supporting Democracy in its Neighborhood?*. Spain: Fríde in association with the European Council on Foreign Relations (ECFR), 81-98.

Sousa, Fernando de; Mendes, Pedro (2014) *Dicionário de Relações Internacionais (edição revista e aumentada)*. Porto: Edições Afrontamento, CEPSE.

Szeptycki, Andrzej (2014) “The European Union and the ‘Euromaidan’ in Ukraine”, Paper Presented at the 8<sup>th</sup> General Conference of the European Consortium for Political Research, University of Glasgow, 3-6 Setembro <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/b00e77b5-102b-44c7-9f51-6526eb16a2a6.pdf> [14-05-2016].

Transparency International (2014) “Ukrainian Revolution against Corruption” [http://ti-ukraine.org/en/system/files/docs/news/urac\\_7\\_en.pdf](http://ti-ukraine.org/en/system/files/docs/news/urac_7_en.pdf) [01-07-2016].

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e Conselho da Europa (1950) *Convenção Europeia dos Direitos do Homem* [http://www.echr.coe.int/Documents/Convention\\_POR.pdf](http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf) [01-06-2016].

Tsygankov, A.P. (2003) “Mastering space in Eurasia: Russia’s geopolitical thinking after the Soviet break-up” *Communist and Post-Communist Studies*. N. °36, 101-127.

Ukrainskaya Pravda (2014) “Путин подписал указ о признании Крыма независимым государством” (Putin assinou um decreto sobre o reconhecimento da Crimeia como um Estado independente) <http://www.pravda.com.ua/rus/news/2014/03/17/7019336/> [10-05-2016].

UNESCO (1997) *Universal Declaration on Democracy*  
<http://www.unesco.org/cpp/uk/declarations/democracy.pdf> [28-12-2015].

União Económica da Eurásia – UEE (s.d.) *О Союзе* (Sobre a União)  
<http://www.eaeunion.org/?lang=ru#about> {06-07-2016}.

União Europeia (1994) *Partnership and Co-Operation Agreement between the European Communities and their Member States, and Ukraine*  
[http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/october/tradoc\\_111612.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/october/tradoc_111612.pdf) [10-04-2016].

União Europeia (2013) *A Secure Europe in a Better World*  
<https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf> [03-03-2016].

União Europeia (2016) "Shared Vision Common Action: A Stronger Europe. A Global Strategy for the European Union's Foreign and Security Policy"  
[http://eeas.europa.eu/top\\_stories/pdf/eugs\\_review\\_web.pdf](http://eeas.europa.eu/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf) [10-07-2016].

União Europeia (s.d.) *Strategy Paper 2007-2013, European Neighborhood and Partnership Instrument. Ukraine.*  
[https://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/country/enpi\\_csp\\_ukraine\\_en.pdf](https://eeas.europa.eu/enp/pdf/pdf/country/enpi_csp_ukraine_en.pdf) [05-07-2016].

Valasek, Tomas (2011) "Ukraine turns away from democracy and the EU" *Centre for European Reform, Policy Brief*  
[https://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/pb\\_ukraine\\_eu\\_valasek\\_oct10-193.pdf](https://www.cer.org.uk/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/pb_ukraine_eu_valasek_oct10-193.pdf) [15-05-2016].

Verhovna Rada (1991a) *Декларація прав національностей України* (Declaração sobre os Direitos das Nacionalidades na Ucrânia)  
<http://zakon5.rada.gov.ua/laws/show/1771-12> [29-05-2016].

Verhovna Rada (1991b) *Постанова Верховної Ради Української РСР Про проголошення незалежності України* (Resolução da Verhovna Rada da RSS da Ucrânia sobre a declaração de independência da Ucrânia)  
<http://zakon3.rada.gov.ua/laws/show/1427-12> [03-05-2016].

Verhovna Rada (1992) *Закон України Про національні меншини в Україні* (Lei da Ucrânia sobre as minorias nacionais na Ucrânia)  
<http://zakon5.rada.gov.ua/laws/show/2494-12> [29-05-2016].

Verhovna Rada (1993) “Постанова Верховної Ради України про Основні напрями зовнішньої політики України” (Resolução da Verhovna Rada da Ucrânia sobre as principais orientações da política externa da Ucrânia) <http://zakon3.rada.gov.ua/laws/show/3360-12?nreg=3360-12&find=1&text=%D1%EB%EE%E2%27%FF%ED&x=0&y=0> [03-05-2016].

Verhovna Rada (1994) “Угода про партнерство і співробітництво між Україною і Європейськими Співтовариствами та їх державами-членами” (Acordo de Parceria e Cooperação entre a Ucrânia e as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros) [http://zakon0.rada.gov.ua/laws/show/998\\_012](http://zakon0.rada.gov.ua/laws/show/998_012) [28-05-2016].

Verhovna Rada (2000) *Програма інтеграції України до Європейського Союзу* (Programa de integração da Ucrânia na União Europeia) <http://zakon0.rada.gov.ua/laws/show/n0001100-00/page> [27-05-2016].

Verhovna Rada (2006) *Стан дотримання та захист прав національних меншин в Україні* (O estado de cumprimento e a defesa dos direitos das minorias na Ucrânia) [http://www1.ombudsman.gov.ua/en/images/stories/07022011/S\\_Dopovid\\_2\\_1.pdf](http://www1.ombudsman.gov.ua/en/images/stories/07022011/S_Dopovid_2_1.pdf) [01-06-2016].

Vieira, Alena; Melo, Francisco (2013) “A Ucrânia e as incertezas da União Europeia” *Janus*. [http://janusonline.pt/popups2013/2013\\_3\\_2\\_8.pdf](http://janusonline.pt/popups2013/2013_3_2_8.pdf) [01-09-2016].

Wolczuk, Kataryna (2009) “Implementation without Coordination: the Impact of EU Conditionality on Ukraine under the European Neighborhood Policy” *Europe-Asia Studies*. 61:2, 187-211.

Yekerlchuk, Serhy (2015) *The conflict in Ukraine: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press.

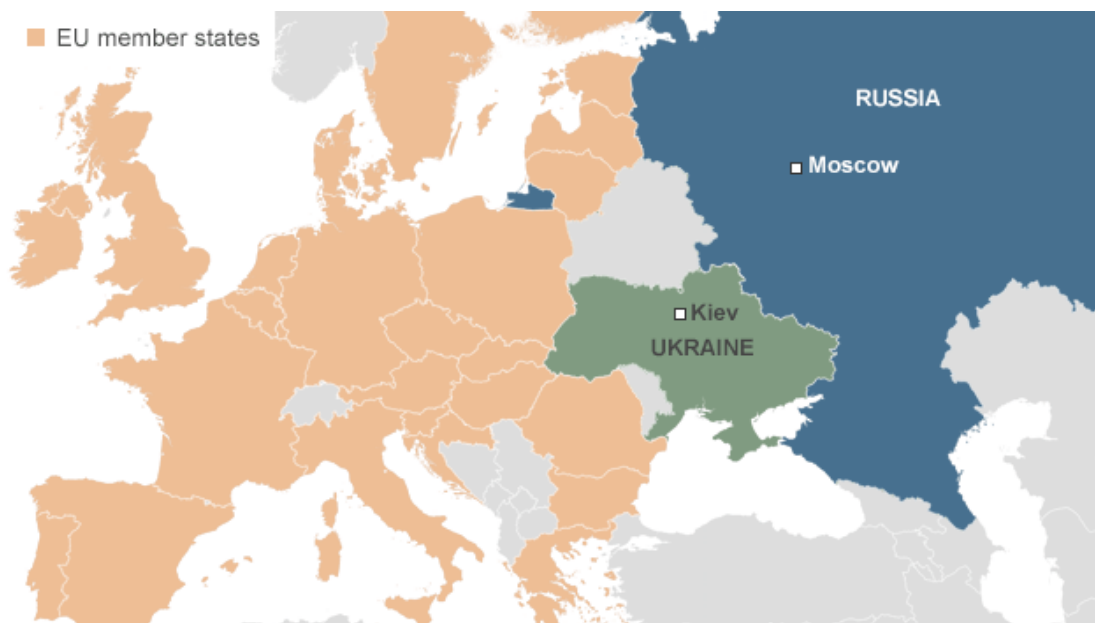
## **Anexos**





## Anexo I

### A posição geográfica da Ucrânia

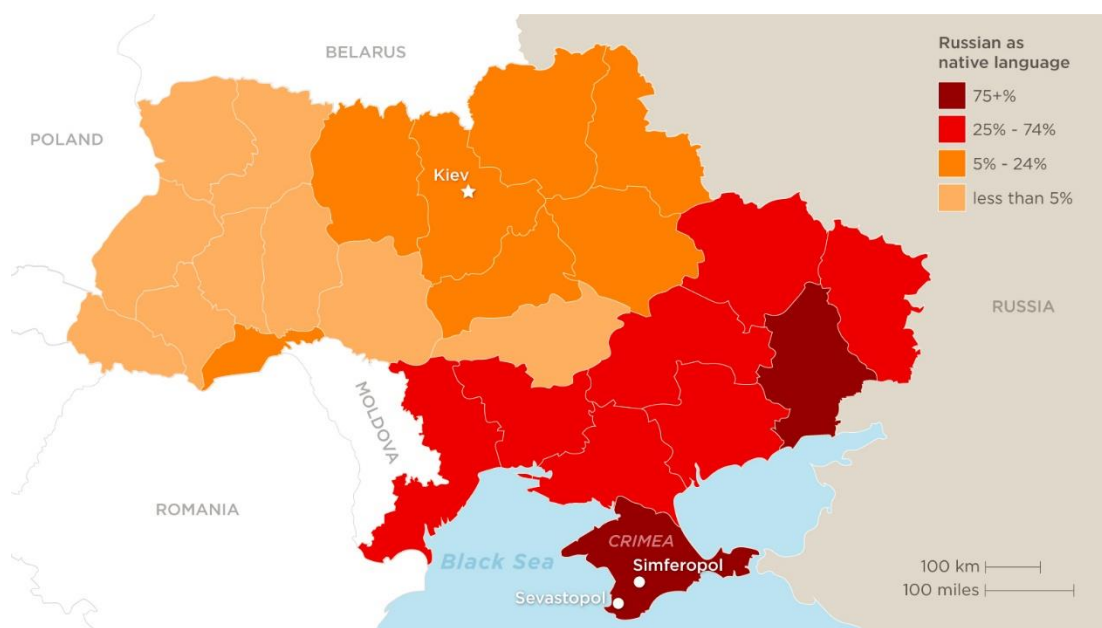


Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26387353>



## Anexo II

A distribuição, por regiões, da língua russa como língua nativa na Ucrânia, em 2001.



Fonte: <http://edition.cnn.com/interactive/2014/02/world/ukraine-divided/>



## Anexo III

Yuliya Tymoshenko e Viktor Yushchenko juntos na Revolução Laranja



Fonte: <http://espreso.tv/uploads/article/90897/images/im-r4.jpg>



## **Anexo IV**

Petro Poroshenko na cerimónia de assinatura de Acordo de Associação com a mesma caneta com a qual Yanukovych devia ter assinado o acordo na Cimeira de Vilnius a 29 de novembro de 2013



Fonte: <http://pt.euronews.com/2014/09/16/ue-ucrania-acordo-demorou-mas-fez-se/>





## Anexo V

Gráficos da identidade étnica da Ucrânia à esquerda) e da identidade da Crimeia (à direita)

**Ukraine by ethnic identity**



**Crimea by ethnic identity**



Note: Some totals may not add up due to rounding  
Source: 2001 Ukraine census

Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26387353>



## Anexo VI

Os “homens verdes” na península de Crimeia



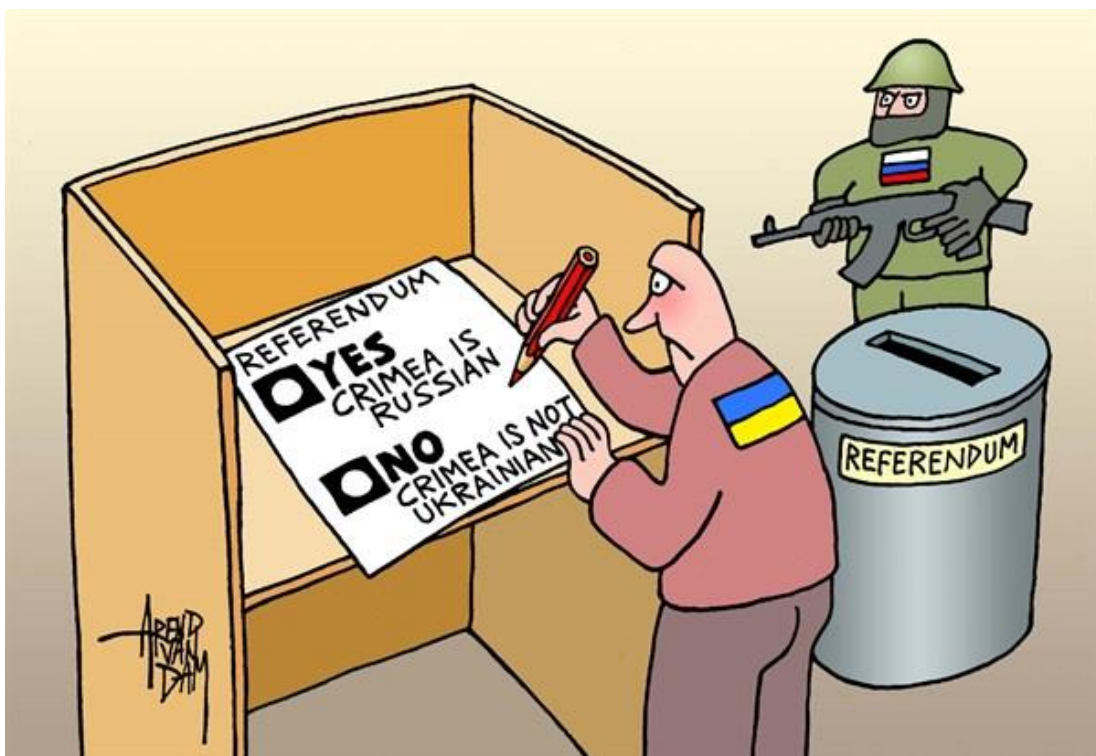
Fonte:

[http://ipress.ua/news/putin\\_vyznav\\_shcho\\_krym\\_okupuvaly\\_rosiyski\\_viyska\\_60313.html](http://ipress.ua/news/putin_vyznav_shcho_krym_okupuvaly_rosiyski_viyska_60313.html)



## Anexo VII

### O referendo na Crimeia



Fonte: <http://truthonly.weebly.com/cartoons.html>